

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Serviço Social

ÉVERTON LUIS BACKES
ROGER RODRIGUES GERMINIANO

A PRÁTICA DO ARTE-EDUCADOR NO PROGRAMA ATITUDE
CONSIDERANDO O EIXO: PRÁTICAS FORMATIVAS,
SOCIALIZADORAS E DE CIDADANIA

CURITIBA

2011

ÉVERTON LUIS BACKES
ROGER RODRIGUES GERMINIANO

A PRÁTICA DA ARTE-EDUCAÇÃO NO PROGRAMA ATITUDE
CONSIDERANDO O EIXO: PRÁTICAS FORMATIVAS,
SOCIALIZADORAS E DE CIDADANIA

Monografia apresentada para a obtenção do título de Especialista em Gestão de Políticas Públicas para Infância e Juventude, 2ª edição, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, área de Ciências Sociais Aplicadas.

Orientador: Professor Mestre Nelson Silva Júnior

CURITIBA

2011



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INFÂNCIA E JUVENTUDE - 2ª EDIÇÃO

ATA DE AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

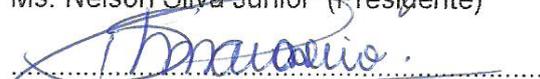
Ao primeiro dia do mês de outubro de dois mil e onze, nas dependências da Guarda Mirim, sita à Avenida Anita Garibaldi, 2395 - São Lourenço - Curitiba - PR, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos membros: Ms. Nelson Silva Junior (Presidente), Ms. Silmara Carneiro e Silva (Membro) e Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior (Membro), para análise do Trabalho de Conclusão de Curso, sob o título A PRÁTICA DO ARTE-EDUCADOR NO PROGRAMA ATITUDE CONSIDERANDO O EIXO: PRÁTICAS FORMATIVAS, SOCIALIZADORAS E DE CIDADANIA, elaborado pelo(a) acadêmico(a) ROGER RODRIGUES GERMINIANO e EVÉRTON LUIS BACKES, do curso de ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INFÂNCIA E JUVENTUDE - 2ª EDIÇÃO. Aberta a sessão, o(a) autor(a) teve vinte minutos para apresentação de seu trabalho e igual tempo para ser arguido pelos integrantes da Banca. Após os procedimentos de avaliação, chegaram-se aos seguintes resultados:

Ms. Nelson Silva Junior (Presidente)	nota 8,5...
Ms. Silmara Carneiro e Silva (Membro)	nota 8,5...
Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior (Membro)	nota 8,5...

O trabalho foi considerado com a nota final 8,5 (...oito vírgula cinco...), sendo REQUISITO PARCIAL para obtenção do título de Especialista. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão, da qual lavrou-se a presente ata, que vai assinada por todos os membros da Banca Examinadora.

Ponta Grossa, 01 de outubro de 2011.


.....
Ms. Nelson Silva Junior (Presidente)


.....
Ms. Silmara Carneiro e Silva (Membro)


.....
Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior (Membro)

Obs: o (a) pós-graduado (a) terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para entregar as 02 (duas) cópias impressas e o CD contendo a versão definitiva do TCC com as sugestões propostas pela Banca Examinadora.

Dedicatória

Dedicamos este trabalho a todo que contribuíram com nossa pesquisa e as pessoas que sem pretensão alguma nos apoiaram nesta jornada.

AGRADECIMENTOS

A Deus.

A minha amada esposa Nilza, minha mãe Leatrice, minha avó Lourdes e minha irmã Sâmara que sempre acreditaram em mim. (Éverton)

A minha mãe Nilza Rodrigues e toda a minha família pelo apoio. (Roger)

Ao Prof. Mestre Nelson Silva Júnior, pela contribuição de seus conhecimentos e sugestões na orientação desta monografia.

Aos Arte-Educadores do Programa que contribuíram em nossa pesquisa com suas respostas detalhadas sobre sua prática no trabalho.

Aos colegas de especialização pelo apoio e dedicação na colaboração deste trabalho.

A equipe da SECJ, pela amizade e colaboração de informações que auxiliaram na concretização deste estudo.

Aos amigos Marco Antonio e Felipe Pacheco pelo incentivo e por sempre acreditarem em nosso projeto.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão desta pesquisa.

Aprendi através da experiência amarga a suprema lição: controlar minha ira e torná-la como o calor que é convertido em energia. Nossa ira controlada pode ser convertida numa força capaz de mover o mundo.

(Mahatma Gandhi)

A verdadeira educação consiste em pôr a descoberto ou fazer atualizar o melhor de uma pessoa. Que livro melhor que o livro da humanidade?

(Mahatma Gandhi)

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo a análise de como se estabeleceu a prática da Arte-Educação no Programa Atitude realizado em cidades da região metropolitana de Curitiba e algumas cidades do interior do estado, também a análise das relações interdisciplinares que se estabeleceram entre o(a) arte-educador(a) e os demais membros da equipe de técnicos (educador-físico, psicólogos e assistente social) nos núcleos do Programa Atitude através de questionários específicos, buscar entender o que ocorreu positivamente e o que não ocorreu positivamente nas atividades de Arte e com o(a) arte-educador(a) participante do Projeto, por fim verificar se foram executadas as atribuições definidas para a atuação do arte-educador(a) no eixo *Práticas Formativas, Socializadoras e de Cidadania* do Edital 062/2009 GRHS/SECJ de contratação.

A partir da análise de questionários aplicados e de referenciais bibliográficos deparou-se com o questionamento sobre a aplicação da Arte em programas e projetos sociais, o qual levou a uma abordagem crítica sobre a prática da Arte-Educação em programas e projetos sociais.

Palavras-chave: Arte. Arte-Educação. Arte-Educador. Programa Atitude.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Eixos de atuação do Programa.....	40
Quadro 2	Eixos de atuação do Programa.....	40
Quadro 3	Atribuições dos profissionais em Arte-Educação.....	41
Gráfico 1	Idade dos arte-educadores entrevistados.....	51
Gráfico 2	Número de graduados e pós-graduados em uma área das artes...	51
Gráfico 3	Tempo de atuação e de formação.....	52
Gráfico 4	Oficinas realizadas nos núcleos.....	52

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. POLÍTICAS PÚBLICAS.....	13
1.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	14
1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E AS ARTES.....	17
1.3 PROGRAMA ATITUDE.....	24
1.3.1 Metodologia de trabalho proposta pela equipe interdisciplinar do Programa Atitude.....	27
2. ARTE EDUCAÇÃO.....	30
2.1 ARTE EDUCAÇÃO EM PROGRAMAS SOCIAIS.....	35
2.2 O PAPEL DO ARTE EDUCADOR NO PROGRAMA ATITUDE.....	39
3. PROCESSOS E ANALISES DA PESQUISA.....	47
3.1 METODOLOGIA.....	47
3.1.1 Objetivos e Critérios Adotados para Analisar os Questionários.....	47
3.1.2 Objetivo da Pesquisa.....	48
3.1.3 Delineamento da Pesquisa.....	48
3.1.4 Instrumentos de Coleta de Dados.....	50
3.2 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS.....	50
3.2.1 Análise dos Questionários dos arte-educadores.....	51
3.2.2 Análise dos Questionários dos Técnicos.....	68
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERÊNCIAS.....	89
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

Por meio de questionários aplicados aos arte-educadores e técnicos de outras áreas sistematizamos a prática da Arte-Educação a partir do seu eixo (Práticas Formativas, Socializadoras e de Cidadania) de atuação tendo como recorte da população escolhida alguns núcleos da região metropolitana de Curitiba e de cidades do interior do estado que possuíam Programa Atitude. Pois, com esta pesquisa, pretendemos contribuir na elaboração de um perfil para futura contratação de oficinas e de profissionais de Arte em projetos sociais.

O Programa Atitude foi uma das ações desenvolvidas pelo Governo Estadual, no período de 2009 a fevereiro de 2011, em algumas cidades da região metropolitana de Curitiba e alguns municípios do interior do Estado, para atender a Política Nacional de Juventude que é uma demanda nacional protetiva.

O Brasil tem 48 milhões de habitantes entre 15 e 29 anos, dos quais 34 milhões têm entre 15 e 24 anos. É nesta faixa etária que se encontra a parte da população brasileira atingida pelos piores índices de desemprego, de evasão escolar, de falta de formação profissional, mortes por homicídio, envolvimento com drogas e com a criminalidade.

Para enfrentar esses desafios, foi instituída a Política Nacional de Juventude, por meio da Medida Provisória 238 assinada pelo Presidente da República em 1º de fevereiro de 2005, já aprovada pelo Congresso Nacional e transformada em lei. No mesmo ato, o Presidente criou o Conselho Nacional de Juventude, a Secretaria Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Pela primeira vez na história, o País passa a contar com uma política de Estado voltada para os jovens. (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/secgeral/frame_juventude.htm acessado em: 07 de julho de 2011).

O Estado do Paraná responde a esta política através do Pacto pela Infância e Juventude.

O Pacto pela Infância e Juventude sintetiza a política pública de atenção às crianças, adolescentes e jovens do Estado do Paraná, e propõe 10 desafios prioritários ao governo e à sociedade paranaense para que concentrem seus esforços, recursos, idéias e energia formando uma aliança de proteção, de oportunidades e de práticas de cidadania. (Anexo a que se Refere o Decreto Nº 1414/2007)

O Programa Atitude pretendia reduzir os índices de violência contra a criança e o jovem, drogadição e a violência contra a família nos territórios dos municípios que aderiram à proposta do Programa. Para isso em cada território escolhido se destinou uma equipe que atuaria com cinco profissionais de diferentes áreas (psicólogos, assistente social e educador-físico), porém surgiram posições

divergentes entre os profissionais, neste caso abordaremos os posicionamentos que envolvem o arte-educador(a) direta e indiretamente e seu eixo de atuação. Estas divergências eram tão constantes que no momento de escolha do tema para este trabalho de Especialização buscamos entender o que ocorreu positivamente e o que não ocorreu positivamente nas atividades de Arte e com o arte-educador(a) participante do Projeto.

Quando Fonterrada (2005) escreve que “o impacto que determinada profissão pode ter na sociedade depende, em grande parte, do entendimento do que ela tem a oferecer” ela aponta para um dos caminhos a se analisar para compreender os diferentes pontos de vista entre técnicos (psicólogos, assistente social, educador físico e sociólogo) e Arte-educadores. Desta forma, para compreender o porquê das divergências entre estes profissionais envolvidos no Programa optamos pelo tema da Arte-Educação em função da nossa formação (Licenciatura em Música) para entender melhor quem é este profissional que trabalha com Arte e o que lhe compete. Também abordamos a Arte propriamente dita para entendê-la como um fenômeno Cultural.

Com uma percepção empírica na atuação do Programa surgiram muitas dúvidas sobre como se deu o desenvolvimento do trabalho dos colegas Arte-educadores em seus territórios; como era sua relação na equipe e como eles desenvolviam o trabalho interdisciplinar. A partir destes questionamentos resolvemos elaborar uma pesquisa, na qual os colegas da área e os outros profissionais que compunham a equipe multidisciplinar pudessem esclarecer estas dúvidas. Isso nos possibilitou verificar a relação do trabalho do Arte-educador e consequentemente a prática da Arte-educação no Programa Atitude segundo o eixo de atuação.

Compreendemos então que seria necessário ampliar nosso referencial teórico para entender assuntos que permearam as dúvidas que surgiram a partir das reflexões que nos conduziram na pesquisa.

Guimarães (2008) cita os direitos humanos pontuando *público* e *governamental* (grifo nosso), cujo significado é de grande relevância no momento que discutimos a efetivação de Políticas para a Sociedade.

Conjunto de diretrizes garantidas por lei que possibilita a promoção e garantia dos direitos do cidadão. Promovidas, geralmente, pelo Poder Público, com o objetivo de trabalhar determinado aspecto social. É importante que se diferencie o termo “público” (que atende a toda

população) e “governamental” (promovido pelos diversos órgãos do governo). Numa sociedade verdadeiramente democrática, os cidadãos participam ativamente da definição e, principalmente, do acompanhamento da implantação das políticas públicas. As políticas públicas também podem ser desenvolvidas em parceria com organizações não-governamentais (GUIA dos Direitos Humanos, 2003, p. 363) apud: GUIMARÃES, 2008, p. 14.

A partir do entendimento destes termos foi possível compreender textos periféricos que tivemos que explorar para falar das políticas que norteiam a Arte, educação, proteção da família e proteção para crianças, jovens e adolescentes.

Este trabalho foi estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo abordamos as Políticas Públicas, sua formação, sua relação com a infância e juventude e como se chegou a execução do Programa Atitude. Optamos por colocar ainda neste primeiro capítulo juntamente com a estruturação do Programa Atitude um esclarecimento sobre a metodologia (interdisciplinaridade) proposta para o trabalho das equipes do Programa, pois por estas equipes serem multidisciplinares a atuação dos técnicos dentro desta metodologia interdisciplinar norteia muitas discussões nesta pesquisa.

No segundo falaremos sobre a arte-educação, seu desenvolvimento em nosso país, como se dá o papel do Arte-educador em programas sociais e uma análise do papel do Arte-educador no Programa Atitude.

No Terceiro capítulo será abordado o Processo e a Análise da Pesquisa, através da Metodologia do trabalho e a Análise dos Questionários realizadas.

No quarto temos as Considerações finais que demonstram a reflexão feita sobre o material lido e coletado.

Nos anexos temos o cronograma de execução do trabalho e o questionário aplicado aos Arte-educadores e Técnicos.

1. POLÍTICAS PÚBLICAS

Segundo Carlos José Marin Filho (2005) a expressão “políticas públicas” segue a postura do poder público em face dos problemas e dos diferentes atores que compõem o cenário e sua intenção de dar respostas afeiçãoadas ao papel do Estado na sua relação com a sociedade.

A necessidade do estudo das políticas públicas vai se mostrando à medida que se buscam formas de concretização dos direitos humanos, em particular os direitos sociais. Como se sabe, os chamados direitos humanos de primeira geração, os direitos individuais, consistem em direitos de liberdade, isto é, direitos cujo exercício pelo cidadão requer que o Estado e os concidadãos se abstenham de turbar. Em outras palavras, o direito de expressão, de associação, de manifestação do pensamento, o direito ao devido processo, todos eles se realizariam pelo exercício da liberdade, requerendo, se assim se pode falar, garantias negativas, ou seja, a segurança de que nenhuma instituição ou indivíduo irá perturbar o seu gozo. (BUCCI, 2001. p. 7)

As políticas públicas são sustentadas a partir do seu planejamento, orçamento, execução, avaliação e controle social. Cada um destes elementos tem sua importância e necessidade para a realização das ações.

O mais importante preceito para uma política pública de sucesso seria o planejamento, isso fica claro a partir da observação de Pires

Planejamento sob a perspectiva democrática é, pois, o exercício árduo de combinar demanda social, determinação política e conhecimento técnico da realidade, o que poderá levar a decisões capazes de reverter situações insustentáveis de privação e desigualdade. (PIRES, 2001, p. 15)

O orçamento vai seguir a três idéias básicas que são o PPA (Plano Plurianual), LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e LOA (Lei Orçamentária Anual). A PPA é uma lei que prevê a arrecadação e os gastos em programas e ações para um período de quatro anos, ou seja um planejamento prévio já estabelecido. A LDO estabelece as metas e prioridades para o exercício financeiro, orienta a elaboração do orçamento e faz alterações na legislação tributária. A LOA por sua vez estima receitas e fixa despesas para um ano, de acordo com as prioridades contidas no PPA e LDO, detalhando quanto será gasto em cada ação, programa, projetos e serviços.

Desta forma é necessário um bom planejamento, pois as leis se amarram e muitas vezes o que os técnicos gostariam de executar não pode se realizar por falta de planejamento e estudo das leis.

Na parte de execução o poder público tem seu controle social com a Lei 4320/64¹ e Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)² sendo assim deve relatar e justificar suas ações aos órgãos competentes.

A partir dos dados aqui apresentados é possível concluir que as políticas públicas são um direito de todos os cidadãos brasileiros, mas exigem certas regras para serem criadas, implantadas e executadas, assim satisfazendo as necessidades da população.

1.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Na perspectiva já descrita sobre as políticas públicas desenvolvidas para a sociedade é importante discutir a partir deste ponto a ideia específica de políticas praticadas para a criança e juventude, sendo que este tema levanta uma problemática anterior que é a visibilidade do jovem junto ao meio em que vive, tendo assim suas necessidades respeitadas.

Na sua tentativa de visibilidade e reconhecimento alguns jovens se perdem na trajetória conflituosa e reivindicam espaços marcados por tensões, por novos conteúdos violentos e alheios a uma ação compartilhada da comunidade em que vivem, sem encontrar os rumos de um caminho coletivo que promova a igualdade e cooperação social em que possam ser inseridos.

Os jovens constroem com formas e expressões as suas visibilidades diante da sociedade, criadas pelos apelos subjetivos e estruturais daquela etapa da vida. Inseridos nesta ótica, estudos, políticas, programas e projetos podem contribuir para inserção dos jovens na construção do espaço coletivo. (NAZZARI; BAQUERO e KNIPHOFF. 2010, p. 2)

A importância de se planejar ações direcionadas a necessidades da sociedade, bem como priorizar para que as verbas destinadas para tanto, sejam aplicadas da melhor forma possível tem sido um anseio da sociedade. Através desta lógica foi que o programa Atitude pode ser viabilizado, respondendo à necessidade de se ter um espaço onde o jovem pudesse ser ouvido.

¹ Que normatiza as finanças públicas no país, há mais de 36 anos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm acessado em 16 de julho de 2011.

² Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000, destina-se a regulamentar a Constituição Federal, na parte da Tributação e do Orçamento. Disponível em http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/downloads/lei_responsabilidade/lc101_2000.pdf Acessado em 16 de julho de 2011.

Novaes (2007) quando descreve os jovens como sujeitos de direitos aborda um aspecto importante quanto as políticas públicas para a juventude:

Entendendo “políticas públicas” como ações cujo traço definidor é a presença do aparelho governamental/estatal³ em sua definição, validação, execução e avaliação, trata-se agora de refletir sobre as circunstâncias e os contextos sociais em que se tece o atual campo das *políticas públicas de juventude*. (NOVAES. 2007, p. 6 – 7)

A reflexão sobre o momento histórico é fundamental, pois o jovem tem suas necessidades galgadas em uma dinâmica temporal do hoje, o que podemos observar na escola e nos momentos junto à família e nos demais espaços de socialização. Assim quando se define políticas para infância e juventude devemos pensar sobre estas características da sociedade moderna principalmente da nossa sociedade brasileira.

Por sua vez, as políticas de juventude implantadas, por muito tempo, caracterizam-se como reparatórias e compensatórias, em vez de realizarem valores e objetivos sociais referentes ao período juvenil, a fim de promover a visibilidade e empoderamento dos jovens. (NAZZARI; BAQUERO e KNIPHOFF. 2010, p. 3)

Quando a visão da sociedade se deturpa ela não vê o jovem, não o considera um sujeito com direitos, direitos estes que são acompanhados de deveres. Observando a mídia as notícias, verificamos que tomam proporções maiores a cada dia com a utilização de jovens e até mesmo crianças no desenvolvimento de crimes. Por muitas vezes coloca-se o jovem como um sujeito invisível socialmente, ele não tem o respeito por ser “inconsequente” aos olhos da sociedade e é isso que Krauskopf (2003), comenta

(...) é importante saber que, se por um lado, se mantém um discurso sobre a infância, que subsume o paradoxo de que a juventude, como tal, é debilmente reconhecida assinala que os planejamentos etários que unem a infância e adolescência nas propostas, não facilitam o desenvolvimento de políticas públicas de juventude e geram controvérsias entre as realidades legais e sociais do sujeito. Neste sentido, os jovens são considerados adultos em algumas áreas e crianças para outras, tal a discrepância que existe entre a faixa etária que permite tomar decisões políticas e votar, para dirigir um automóvel, para trabalhar, para reprodução, entre outros. Assim, as políticas não englobam períodos cruciais da vida do sujeito juvenil. (apud: NAZZARI; BAQUERO e KNIPHOFF. 2010, p. 6)

³ A presença do aparato estatal deveria assegurar seu caráter público, mesmo que em sua realização ocorram parcerias com organizações da sociedade civil (...). (NOVAES. 2007 p. 6)

A partir do entendimento por parte da sociedade sobre as necessidades do jovem e como deve se desenvolver o acompanhamento destes pelo Estado é possível reparar a população observando vários aspectos antes alheios ao seu meio de discussão. Um destes aspectos é a divisão de verbas, o planejamento de como são utilizadas a partir do orçamento que segue três instrumentos de gestão: o PPA (Plano Plurianual), a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e LOA (Lei Orçamentária Anual) tendo desta forma um grande impacto nos territórios. E o que traz uma grande preocupação para estes é como o Estado está administrando o dinheiro público/dinheiro de impostos.

Para fomentar temas como impostos, distribuição de renda, utilização do dinheiro público, direitos sociais e outros, que possam ser discutidos pela sociedade, é necessário o investimento em educação; gerar pesquisas que pontuem temas pertinentes ao momento histórico social de um povo, assim viabilizando para a sociedade e políticos materiais de pesquisa onde se apontem as necessidades sociais. Mas necessidades sociais pensadas a partir de fundamentações e não de “suposições de gabinete⁴”, pois com um trabalho transparente a política pode recuperar sua credibilidade. Dentro desta proposta que o Programa Atitude foi idealizado, pois as oficinas de cidadania com os jovens pretendiam trabalhar com estas temáticas, fazendo assim o jovem se empoderar de conhecimentos sobre política e cidadania, e assim ele se tornaria um disseminador destes ideias em seu território.

Para Nazzari, Baquero e Kniphoff (2010) os jovens devem ser pensados como protagonistas, com os quais é possível estabelecer uma relação dialógica, pois a complexidade das demandas juvenis requer ampliação dos espaços de discussões e pesquisas.

As autoras apontam para o caminho da transparência na gestão das políticas, que é necessária na prática de política pública, pois a criança e o jovem sempre foram ignorados como sujeitos e o Programa Atitude vem na contramão deste pensamento colocando eles como sujeitos ativos na sociedade.

⁴ Utilizamos este termo para expressar um pensamento popular onde as pessoas da sociedade em que vivemos falam que os políticos inventam leis, programas, ações etc. para se beneficiarem ou beneficiar aqueles que possam lhe trazer alguma vantagem política ou monetária.

1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E AS ARTES

Juntar o material que pode nos dar um referencial sobre o desenvolvimento destas políticas em nosso país demandou uma pesquisa em várias fontes históricas e documentais, pois o assunto está ligado intrinsecamente com outros fatos históricos do nosso país. Foi necessário juntar conhecimentos adquiridos ao longo da graduação para conectar os conteúdos pesquisados e compreender o processo pelo qual o país está passando para se chegar a uma política pública referente à Arte.

A ação de elaborar e desenvolver políticas públicas para Arte é periférica nos referenciais, pois eles abordam prioritariamente questões educacionais e culturais. Foi necessário compreender um conjunto de assuntos paralelos como a elaboração de leis e ações realizadas por fundações, ONGs, governos, institutos, ou seja, entender como a esfera pública nas suas instâncias, a sociedade civil organizada, as entidades governamentais ou não governamentais e outros órgãos contribuem no momento de elaboração das políticas para Arte.

A palavra *Arte*⁵ muitas vezes é confundida com *Cultura*⁶ e desta forma cria um conflito no momento de se discutir ações específicas para cada área. Ao longo da construção do capítulo tivemos contato com alguns textos que trabalham com os dois conceitos de forma igualitária (Barbosa, 2006), (Gardner 1997), (Fonterrada, 2005) sendo que a Arte está inserida nas definições de Cultura, que por sua vez é ampla e abarca vários temas relacionados aos costumes do ser humano.

⁵ **Arte** (Latim *Ars*, significando *técnica e/ou habilidade*) geralmente é entendida como a atividade humana ligada a manifestações de ordem estética, feita por artistas a partir de percepção, emoções e ideias, com o objetivo de estimular essas instâncias de consciência em um ou mais espectadores. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Arte> acessado em: 25 de junho de 2011.

A arte é uma criação humana com valores estéticos (beleza, equilíbrio, harmonia, revolta) que sintetizam as suas emoções, sua história, seus sentimentos e a sua cultura. É um conjunto de procedimentos utilizados para realizar obras, e no qual aplicamos nossos conhecimentos. Apresenta-se sob variadas formas como: a plástica, a música, a escultura, o cinema, o teatro, a dança, a arquitetura etc. Pode ser vista ou percebida pelo homem de três maneiras: visualizadas, ouvidas ou mistas (audiovisuais). Atualmente alguns tipos de arte permitem que o apreciador participe da obra. O artista precisa da arte e da técnica para se comunicar. (GOMBRICH, Ernst H. **A história da arte**. Editora LTC. São Paulo, 2000)

⁶ **Cultura** (do latim *colere*, que significa cultivar) é um conceito de várias acepções, sendo a mais corrente a definição genérica formulada por Edward B. Tylor, segundo a qual cultura é “aquele todo complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e aptidões adquiridos pelo homem como membro da sociedade”. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cultura> acessado em: 25 de junho de 2011.

A Arte tem sua própria dinâmica e seu próprio espaço:

“(...) mundo da arte consiste num feixe de sistemas – teatro, pintura, escultura, música, etc. – cada um dos quais proporciona um contexto institucional para a atribuição do estatuto a objetos pertencentes ao seu domínio. Não se podem pôr limites ao número de sistema passíveis de serem incluídos na concepção genérica da arte, e cada um dos principais sistemas engloba subsistemas”. (SEIXAS, Ana P. C. de; MAGALHÃES, Maria J.; GRADÍSSIMO, Alice. 2010 p. 4.)

Percebe-se que a criação de uma política pública para Arte não é explícita, pois ela sempre é vista inserida na Cultura e não como um organismo independente e que precisa de políticas próprias.

A pesquisa histórica e documental foi imprescindível para determinar esta linha de raciocínio e na coleta dos dados para composição deste capítulo pode-se perceber que há duas instituições públicas de gestão as quais se destacam no desenvolvimento de políticas públicas em Arte, o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério da Cultura (MinC).

Iniciando pelo Setor da Educação é perceptível uma linha tênue sobre políticas públicas em Arte e o desenvolvimento das políticas do setor educacional no país. Desta forma é apresentada uma síntese de fatos históricos os quais dentro da educação preponderaram na formação de políticas para Arte.

Prioritariamente quem impulsionou a educação em nosso território foram os colonizadores europeus que juntamente do seu anseio em iniciar uma nova vida e produzir na nova terra, também trouxeram sua cultura.

Na mentalidade do colonizador europeu não havia lugar para levar em consideração a cultura e os valores locais, visto que outros povos fora do espaço europeu eram considerados até mesmo destituídos de alma. Daí a grande imposição cultural e educacional. Como visto na trajetória, a educação no Brasil realizou-se por meio da atividade de religiosos, dentre os quais se destacavam os jesuítas. (GUIMARÃES, 2008, p. 29)

Observando esta citação de Guimarães percebemos que o país foi se desenvolvendo a partir dos costumes europeus das mais variadas denominações culturais.

Tivemos um longo caminho no desenvolvimento da educação brasileira com a implantação da Companhia de Jesus pelos Jesuítas e toda a monarquia portuguesa com sua cultura e seus costumes. Um fato importante foi a criação da

primeira Escola Nacional de Belas Artes que teve outros dois nomes anteriores (Escola Real de Ciências e Artes e Ofícios e Academia Imperial de Belas Artes⁷), posteriormente levou o nome de Escola de Belas Artes o qual é utilizado até hoje, a referida escola se localiza no Rio de Janeiro, foi fundada por João VI de Portugal em 12 de agosto de 1816. Através desta instituição o país alavancou possibilidades de debate sobre a área e um local onde os artistas poderiam recorrer para desenvolver seus estudos e técnicas. Principalmente um meio onde fomentava debates na área, porém sempre aos moldes europeus.

Quando os debates começaram a surgir em torno desta pauta por parte da sociedade, podemos dizer que a primeira Constituição do país nos garantiu uma das primeiras políticas públicas em Artes.

A Primeira Constituição do Brasil, de 1824, garantia “o direito à instituição primária a todos os cidadãos” e “colégios e universidades, onde seriam ensinados os elementos das Ciências, Belas Artes e Artes” (BRASIL. Constituição de 1824, art. 30 179) apud: GUIMARÃES, 2008, p. 29 – 30.

Desta forma a matéria Artes conquista seu espaço no currículo escolar (com algumas alterações de Educação Artística para aula de Artes) definitivamente. Para isso o país teve um grande percurso histórico (**1961**) Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 4.024, (**1971**) Lei Federal n. 5.692 que fixou as diretrizes e bases para o funcionamento dos ensinos de 1º e 2º graus e introduziu mudanças importantes nos diferentes níveis de ensino e (**1996**) Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96. Estas leis pode-se considerar que sejam garantidoras de políticas públicas voltadas também para a área de Artes. Foi uma conquista da classe dentro do setor da educação a qual propiciou disseminar e continua disseminando o fazer Artístico, a compreensão estética, a manipulação simbólica de várias formas (visual, auditiva e corporal). Através de uma conquista destas temos o primeiro passo para a sociedade compreender o valor da Arte na vida do homem.

A partir das leis e debates com a sociedade foi conquistado um dos primeiros espaços para a disseminação das ideias artísticas e culturais em nosso país.

⁷ Em 1826, quando levou o nome de Academia Imperial de Belas Artes (Aiba), inaugura o ensino artístico no Brasil em moldes semelhantes aos das academias de arte européias. Disponível em: http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=marcos_texto&cd_verbete=332 acessado em: 17 de junho de 2011.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios (Art. 211, § 1º). Apud: GUIMARÃES, 2008, p. 27.

É possível notar que desta forma se estabeleceu uma política na área de Arte dentro do sistema educacional do país. Esta política está vinculada a necessidades do Setor Educacional, desta forma influenciada e não sendo focada nas necessidades exclusivamente Artísticas.

Artes têm sido uma matéria obrigatória em escolas primárias e secundárias (1º e 2º graus) no Brasil já há 17 anos. Isto não foi uma conquista de arte-educadores brasileiros mas uma criação ideológica de educadores norte-americanos que, sob um acordo oficial (Acordo MEC-USAID), reformulou a Educação Brasileira, estabelecendo em 1971 os objetivos e o currículo configurado na Lei Federal nº 5692 denominada "Diretrizes e Bases da Educação". (BARBOSA, 1989, p.170)

O segundo caminho a desenvolver ações para formular uma política pública em Arte é o MinC, que trabalha com as ações para o desenvolvimento Cultural do país, sendo a Arte incorporada a estas ações. O MinC promove debates abertos para os segmentos organizados da classe Artística, os quais podem culminar em leis e ações efetivas na área.

Um dos exemplos destas ações realizadas pelo MinC para desenvolver as políticas públicas em Artes no país é o seu posicionamento frente a temas e ideias colocados pela classe artística do país, elaborando leis e ações junto aos governos.

A ação que podemos ressaltar com maior efetivação e a qual é possível considerar sendo uma política para Arte é a realização de Editais Culturais (que englobam a área de Arte), onde o ministério disponibiliza verba para projetos apresentados ao mesmo, cujas finalidades são as mais variadas.

Com investimento total de R\$ 56,8 milhões, a FunArte e o Ministério da Cultura acabam de lançar 34 editais de fomento. São em áreas das mais diversas: teatro, dança, circo, Artes visuais, fotografia, música, literatura, cultura popular e Arte digital. Serão concedidos mil prêmios e bolsas de até R\$ 260 mil, para projetos de produção, formação de público, pesquisa, residências artísticas, apoio a festivais e produção crítica sobre Arte. (MINC, 13 de maio, 2010⁸)

⁸ Artigo Dinheiro para fazer Arte. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/site/2010/05/13/dinheiro-para-fazer-Arte/> acessado em: 17 de junho de 2011.

Apesar de contemplar a área e fomentar debates, ações, estudos, orientar o público, é possível fazer uma crítica aos editais ou programas governamentais na utilização da Arte em Projetos ou Programas Sociais. Estes editais em grande parte propiciam ou necessitam que a atuação seja em territórios específicos (violentos ou de baixa renda) desenvolvendo atividades junto à população, muitas vezes na rua, sejam estas atividades de assistência social, saúde, esporte, lazer, cultura ou Arte. Porém, é reservado à Arte o foco das “Atividades Artísticas” as quais são utilizadas no intuito de entretenimento ou chamarizes para outras finalidades, sendo que o trabalho com a comunidade pode propiciar um desenvolvimento Artístico expressivo e não apenas ficar no nível de entretenimento, ocupação, cuidar de crianças e proporcionar lazer, estas são ações as quais permeiam o fazer Artístico, mas não é sua finalidade.

Teremos no futuro a forte influência dos movimentos de arte comunitária na arte-educação formal. Aqueles movimentos superam o perigo de negar a informação de nível mais elevado para a classe popular. Arte comunitária no Brasil é caracterizada pelo intercâmbio de classes sociais nos Festivais de Rua, comemorações regionais e nacionais, festas religiosas, etc. Instituições como a FUNARTE estão desenvolvendo programas comunitários de arte (Projeto Fazendo Arte) numa escala de projeção nacional e a cada ano as Secretarias Estaduais da Cultura estão mais engajadas neste tipo de programas porque eles trazem votos nas eleições. Embasamento teórico e exame das práticas são necessários para o avanço da arte comunitária, evitando a manipulação, que pode transformá-la em simples auxiliar de campanha política. (BARBOSA. 1989, 182)

Através de editais Artístico-Culturais e projetos sendo desenvolvidos, podemos perceber que em nosso país se apresenta através do MinC a formação de política pública específica para Arte. É preciso observar as ações destes editais e projetos, pois Barbosa (1989) quando fala do uso político das ações artísticas levanta a problemática do uso da Arte para servir aos políticos em prol de suas campanhas.

As ações que o Ministério vem realizando são preponderantes no desenvolvimento das políticas em outro estágio das necessidades Artísticas e Culturais para o país. Para isso algumas pessoas (principalmente Artistas) têm desenvolvido ações. Uma delas é um exemplo referente às Artes Plásticas, o ex Ministro da Cultura Juca Ferreira escreve em um artigo intitulado *Uma Política Pública de Estado para as Artes Visuais*:

Na perspectiva do Ministério da Cultura brasileiro, a leitura sobre o fenômeno cultural e econômico é realizada para que ambos atinjam seus objetivos sob as melhores condições possíveis, sem omitir os problemas e as tensões que existem entre eles. Trata-se de um campo cheio de vitalidade, confrontações e diálogos, que está sendo traduzido em políticas públicas pelo estado brasileiro. A experiência agora em curso tem seu pioneirismo e será tomada como piloto para desenvolver o novo patamar institucional de fomento que possibilitará ações de economia da cultura no setor de Artes visuais. (Juca Ferreira, 2008) disponível em: http://www.cultura.gov.br/brasil_Arte_contemporanea/?page_id=524 acessado em: 17 de junho de 2011.

Deste fragmento do artigo podemos observar que a fala do ex-ministro coloca que a Arte teve um confronto com a economia, mas não só no sentido do consumismo. Também no sentido de desenvolver Arte e Cultura e para isso necessita-se de capital (financiamentos).

Seguindo uma linha na história dos gestores do nosso país a eleição do presidente Lula mudou muito as ações que já vinham sendo executadas:

No dia primeiro de janeiro de 2003, quando o Presidente Lula assumiu o governo federal, nomeou Gilberto Gil como o novo Ministro da Cultura. A equipe que assumiu o Ministério sob a batuta de Gil tinha consciência dos avanços e recuos acima apontados e sabia que a saída para o problema da fragilidade do MinC encontrava-se na efetiva construção de uma Política Pública de Cultura no Brasil, com a implantação de um Plano Nacional de Cultura, de caráter plurianual e de um Sistema Nacional de Cultura, de caráter republicano, envolvendo a sociedade civil e os entes federados. (MEIRA, Márcio A. Freitas de, 01 de julho de 2004)⁹ disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2004/07/01/para-uma-politica-publica-de-cultura-no-brasil-por-marcio-augusto-freitas-de-meira/> acessado em: 17 de junho de 2011.

Quando pensamos em uma política que programa uma ação como a implantação do Plano Nacional de Cultura, vemos um caminho promissor, mas isso foi pautado em 2003 e o plano foi instituído só no ano de 2010 pelo Ministro Juca Ferreira. Desta forma é possível observar a lentidão no processo de democratização, e aquisição por parte da sociedade de seus direitos. Mesmo assim o MinC é o caminho governamental mais promissor que os Artistas possuem, ou deveria ser assim, pois é o Ministério juntamente com a classe Artística que deve impulsionar debates e reivindicar políticas de desenvolvimento Artístico Cultural e no país.

⁹ Artigo: **Para uma Política Pública de Cultura no Brasil**. Revista Teoria e Debate. Editora Fundação Perseu Abramo (SP) Edição nº 58 – maio/junho de 2004.

Nestes oito anos de gestão avançamos muito no processo de institucionalização da cultura no país, mas faltam muitas etapas, destaco a capacitação dos gestores públicos que de fato entendam a diversidade cultural, a importância da cultura local, como patrimônio identitário da região, esta valorização permitirá revelar a cultura local e criará uma consciência na sociedade da importância e grandeza da cultura brasileira. (CÓRDULA, Américo. 27 de janeiro de 2010, Diversidade Cultural: novos atores surgem nas Políticas Públicas) disponível em: <http://blogs.cultura.gov.br/cnc/diversidade-cultural-novos-atores-surgem-nas-politicas-publicas/> acessado em: 17 de junho de 2011.

Córdula (2010) é quem estava a frente da Secretaria de Identidade e Diversidade – (SID) do MinC em janeiro de 2010 e é possível perceber a importância que atribui à cultura quando fala sobre a capacitação de gestores públicos, seja ela em qualquer âmbito (municipal, estadual ou nacional) devendo este gestor entender sobre Diversidade Cultural.

Barbosa (2006) ao analisar as mais recentes visões categorizadas por Eisner¹⁰ descreve a utilização da Arte em nosso país revelando um aspecto importante para a determinação de políticas condizentes com a área.

(...) Vejamos a idéia de preparação para o trabalho, enfocando a necessidade de flexibilizar o indivíduo para ser capaz de mudar de emprego pelo menos uma vez na vida e estar conseqüentemente preparado para desempenhar mais de uma tarefa. Para mim, esta é uma função apontada pela ideologia neoliberal. Encontramos na história do ensino da arte no Brasil a configuração da visão da arte como preparação para o trabalho no fim do século XIX ancorada nas idéias liberais de Rui Barbosa, André Rebouças e Abílio César Pereira Borges. Mas, com uma conotação libertária ligada ao anti-escravagismo e à aparentemente nobre preocupação de preparar os escravos recém-libertos para conseguir empregos. Não deixavam de ser hipócritas como os neoliberais de hoje, que querem que tudo continue o mesmo: eles ganhando muito dinheiro às custas de manter a maioria na instabilidade empregatícia. Os nossos liberais de antigamente pensaram em preparar os escravos para trabalhos de pintura de gregas e frisas decorativas, ornatos sobrepostos como rosáceas e vitrais, assim como em métodos de ampliação de figuras para que trabalhassem na construção civil, portanto, assimilando-os nas mais baixas classes sociais.

Quanto à arte na educação para melhorar a performance acadêmica, esta concepção ainda não chegou ao Brasil. É típica da Arte-Educação norte-americana dos últimos anos, depois que uma pesquisa mostrou que os dez primeiros lugares do exame SAT (equivalente ao Enem), por uma década, haviam cursado pelo menos duas disciplinas de arte. No ensino médio nos Estados Unidos, os alunos escolhem as disciplinas que vão cursar. No Brasil não há liberdade de escolha, o currículo parece prescrição médica.

¹⁰ **Elliot W. Eisner** (1933 -) é professor emérito de Arte-educação da Faculdade de Educação da Universidade de Stanford fez uma contribuição significativa para a nossa apreciação do processo educativo. Ele é particularmente conhecido por seu trabalho na educação artística, os estudos de currículo e avaliação educacional. No entanto, muito do que ele tem a dizer tem uma ressonância para um público mais amplo.

Portanto, nem se poderia fazer uma pesquisa dessas no Brasil. (BARBOSA. 2006, p. 57¹¹)

A partir de todos os fatos relatados é possível perceber que a formulação de uma política pública para Arte enfrenta inúmeras barreiras, sempre que há uma ação (projetos, oficinas, editais...) envolvendo a área, a finalidade desta ação acaba por não ser a finalidade artística.

1.3 PROGRAMA ATITUDE

O Programa Atitude foi idealizado para os territórios paranaenses como uma proposta inédita no âmbito das políticas sociais na busca pela superação das violências que envolvem as crianças, os adolescentes e suas famílias. Foi implantado nos municípios de Foz do Iguaçu, Cascavel, Londrina, **Cambé**, Ponta Grossa, Sarandi, Almirante Tamandaré, Colombo, Piraquara e São José dos Pinhais.

A proposta foi envolver as esferas da sociedade - desde o governo estadual, municipais até as associações de bairro, organizações não-governamentais e entidades de atendimento a crianças e jovens, com um conjunto de ações voltadas aos territórios que possuem altos índices de violências, protegendo os direitos fundamentais da população infanto-juvenil e oferecendo oportunidades de inclusão social e profissional.

O Programa Atitude (aprovado pela Deliberação nº 019/2007 – CEDCA¹² – PR) da Secretaria de Estado da Criança e Juventude do Paraná (SECJ) buscou concretizar os direitos e garantias assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e centraliza suas ações em territórios com alta incidência de fatores de risco à violência relativa à criança e ao adolescente.

As ações previstas se basearam nos seguintes eixos:

- Fortalecimento das famílias
- Abordagens educativas e terapêuticas aos usuários de drogas
- Redução da evasão escolar

¹¹ Coleção Educação para todos: Trajetória e Políticas para o Ensino das Artes no Brasil: anais do XV Confaeb (XV Congresso Nacional da Federação de Arte-Educadores do Brasil – Brasília, dezembro de 2006)

¹² Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná.

- Criação de oportunidades de esporte, cultura e lazer, cursos profissionalizantes
- Criação de redes de proteção para crianças e adolescentes.

A implantação do Programa iniciou em março de 2008, e eventos de natureza jurídica e administrativa se interpuseram a partir de então. Adequações se fizeram necessárias para a implementação de suas ações. Uma destas adequações foram as alterações dos planos de aplicação¹³ municipais avaliadas e autorizadas em seus respectivos convênios, assim como modificações na execução do plano de aplicação simplificado de responsabilidade da SECJ.

Passada as regulações jurídicas o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR na deliberação 17/2009 regulamentou o programa com as características que chegaram até o seu final.

O Programa Atitude teve uma gestão compartilhada pelo Município e o Estado. A gestão estadual foi responsável pela parte da contratação e gerenciamento dos técnicos e estagiários que trabalhavam no Programa, e a Gestão Municipal ficou responsável pelo gerenciamento financeiro do mesmo (compra de materiais através de processos licitatórios, contratação de oficinairos) e pelo auxílio na logística e suporte aos técnicos do Programa.

Uma das características marcantes do programa foi que com a participação direta da população, as atividades foram propostas, organizadas e avaliadas para que atendessem as necessidades e anseios de cada território. Jovens dispostos a participar do Programa Atitude puderam atuar nos núcleos¹⁴ como Agentes de Cidadania¹⁵.

O processo de exclusão social cria o fenômeno da invisibilidade do garoto pobre, aquele que não aprende na escola, que não possui o tênis ou a roupa da

¹³ Plano de aplicação foi um documento organizado por cada município que recebeu o Programa Atitude e continham as diretrizes e formas de aplicação dos recursos estaduais transferidos às prefeituras, que deveriam ser aplicados na execução do programa, no tempo de duração do convenio entre Município e Estado.

¹⁴ Denominação dada ao local (sede) onde a equipe de técnicos atuou nos territórios escolhidos pelo governo. Geralmente estava vinculado ao prédio do Cento de Referência da Assistência Social (CRAS) do território, em alguns municípios não estava próximo ao CRAS e sim tinha uma sede própria.

Nestes núcleos os técnicos realizavam suas reuniões, aconteciam algumas oficinas, ficavam o material de escritório, os materiais das oficinas e era o local de referência do Programa no território.

¹⁵ Jovens que eram convidados a participar do programa auxiliando nas atividades e oficinas e eram remunerados com R\$ 100,00 por mês.

moda, a não ser quando ele começa a cometer pequenos delitos e alcança rapidamente o reconhecimento social, mesmo que de forma atravessada. Os jovens acabam por se envolver em situações de violência, muitas vezes, para serem aceitos e pertencerem a um grupo.

Segundo Pierre Bourdieu (1998), a definição de capital social se interpõe à lógica da invisibilidade social e do individualismo do neoliberalismo, pois se constitui no:

Conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizados de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (BOURDIEU, 1998, p. 67).

O pertencimento a uma rede de cooperação possibilita a vivência de relações horizontais, laços de solidariedade, tolerância, respeito mútuo, reconhecimento social pelo exercício da contribuição e melhoria em seu território e o aprendizado de formas de expressão alternativas à violência.

O sentimento de pertencimento é, sem dúvida, um dos fatores de apoio para a superação do comportamento anti-social. Quando as pessoas mudam os padrões de seus relacionamentos, elas podem interferir em suas vidas e no entorno. Quando elas agem para resolver problemas seus e que são também dos outros é possível criar um movimento que repercuta de forma positiva em todo o ambiente. A proposta do Programa Atitude não trata apenas da criação de serviços de atendimento direto ao adolescente e sua família, mas, sim, da criação de novas formas de relacionamentos entre jovens, suas famílias e seus territórios.

Paulo Freire (1979) considera que quando o indivíduo atua através de atividades comunitárias, num contexto solidário e dialógico, em que sua própria prática é plena de significado e reconhecimento na construção do trabalho libertador, em que o resgate histórico de sua vida e de seu território é tomado por base, a realidade em que vive passa a ser (por ele) decodificada dentro de uma nova interpretação, mais aprofundada. E, nesse ato, a educação e a formação adquirem uma ética pautada pela vivência coletiva e cidadã.

Dentro desta proposta e seguindo os eixos do programa, a ideia é:

- Trabalhar pela redução dos índices de evasão escolar;

- Ampliar oportunidades de qualificação profissional;
- Estabelecer práticas para um convívio social saudável, criativo, produtivo, colaborador e solidário;
- Estimular a participação social da juventude junto ao seu território;
- Desenvolver o sentido de pertencimento familiar e comunitário.

Para atingir estes objetivos foi idealizado o desenvolvimento das seguintes atividades no programa segundo a deliberação 17/2009 do CEDECA e o conteúdo do projeto que norteia o Programa Atitude:

- Oficinas livres de arte-educação para o estabelecimento de vínculo de confiança entre participantes e equipe do programa;
- Atividades sistemáticas de esporte, de artes e de lazer, criando uma agenda de convivência comunitária;
- Oficinas de caráter profissionalizante junto aos adolescentes e jovens;
- Implantação de central de aprendizagem;
- Seleção de adolescentes para pagamento da “Bolsa-Atitude” visando o exercício de atividades educacionais, socializadoras, em espaços como escola aberta em finais de semana, centros da juventude, associação de moradores, espaços de organização comunitária e religiosa, entre outras oportunidades.

Assim o programa trouxe uma grande expectativa aos municípios e aos técnicos que desenvolveriam as atividades nas localidades de destino.

1.3.1 Metodologia de trabalho proposta pela equipe interdisciplinar do Programa Atitude

Ao desenvolver o trabalho percebemos que seria de suma importância a menção sobre as abordagens e o desenvolvimento do trabalho que a equipe de técnicos dos núcleos do Programa deveria realizar.

A demanda pela metodologia interdisciplinar era transmitida através de encontros e palestras tanto que no curso de especialização tivemos alguns módulos sobre esta metodologia de trabalho.

Desta forma pensamos em desenvolver este capítulo para nortear a discussão que se seguirá nesta pesquisa em relação a efetivação de ações interdisciplinares pelos técnicos do Programa.

O trabalho nos núcleos se dava por uma equipe multidisciplinar, visto que era formada por técnicos de áreas distintas. O termo multidisciplinaridade

(...) corresponde à estrutura tradicional de currículo nas escolas, o qual apresenta várias disciplinas, entretanto, a abordagem multidisciplinar ultrapassa as fronteiras disciplinares. Trabalha o conjunto das disciplinas sem fazer relação entre elas, porém voltado para a obtenção de objetivos únicos recorrendo a informações de várias disciplinas para estudar um determinado elemento, sem a pretensão de interligar as disciplinas entre si. Assim, cada disciplina contribui com informações próprias do seu campo de conhecimento, sem considerar que existe uma integração entre elas (MENEZES, 2002)

Podemos entender que uma equipe multidisciplinar é um grupo com diferentes especializações funcionais que trabalham para alcançar um objetivo comum. Especificamente no Programa, cada técnico contribuiu com informações próprias do seu campo de conhecimento, sem considerar a integração entre esses campos.

A orientação de atuação sugerida pela SECJ em reuniões e cursos, bem como pelas administrações municipais em alguns momentos era de um trabalho interdisciplinar, pois utilizando os conhecimentos distintos dos técnicos componentes da equipe poderiam ser desenvolvidas ações diferenciadas em conjunto, as quais beneficiariam o território que se encontrava o núcleo do Programa e facilitaria a carga de trabalho dos próprios profissionais.

O prefixo inter dentre as diversas conotações que podemos lhes atribuir, tem o significado de troca, reciprocidade, e disciplina, de ensino, instrução, ciência. Logo, a interdisciplinaridade pode ser compreendida como sendo a troca, de reciprocidade entre as disciplinas ou ciências, ou melhor, áreas do conhecimento. (FEREIRA apud FAZENDA, 1993, p. 21-22)

Desta forma podemos analisar dentro da perspectiva do programa que interdisciplinaridade é a integração de dois ou mais conhecimentos específicos na construção de uma ação ou intervenção.

A interdisciplinaridade surge como uma das respostas à necessidade de uma reconciliação epistemológica, processo necessário devido à fragmentação dos conhecimentos ocorrido com a revolução industrial e a necessidade de mão de obra especializada.

Já no edital de contratação dos técnicos existe também a demanda da transdisciplinaridade que é

[...] uma abordagem científica que visa a unidade do conhecimento. Desta forma, procura estimular uma nova compreensão da realidade articulando elementos que passam entre, além e através das disciplinas, numa busca de compreensão da complexidade. Além disso, do ponto de vista humano a transdisciplinaridade é uma atitude empática de abertura ao outro e seu conhecimento (ROCHA FILHO, 2007).

Desta forma que o Programa aponta sua estruturação e demanda de trabalho. Os técnicos em seus núcleos tinham estas ferramentas a seu alcance para desenvolverem seus trabalhos, mas a discussão de se trabalhar desta forma muitas vezes ficou na capacitação inicial que atingiu alguns técnicos e os que chegaram em outro momento do Programa não estavam envolvidos por esta concepção de trabalho estabelecida. Será discutido esta temática no decorrer do trabalho, principalmente na análise dos questionários e da função do(a) arte-educador(a).

2. A ARTE EDUCAÇÃO

Na elaboração do projeto da nossa pesquisa debatemos muitas vezes sobre o que gostaríamos de abordar, frente a estes debates nos colocamos várias questões. Duas dela foram motivadas por questionamentos implícitos que recebíamos dos outros membros da equipe (técnicos), de gestores municipais e estaduais durante a execução das nossas atividades:

- Qual é a função do(a) arte-educador(a)?
- Qual a função da Arte na sociedade?

Em nossa pesquisa ao analisarmos as questões aplicadas aos arte-educadores percebemos que esta situação foi relatada por todos que participaram da pesquisa. Desta forma nos motivou a escrever um capítulo específico tratando sobre a arte-educação no Brasil, como ela se desenvolve, como se dá sua atuação em projetos sociais e como se deu a contratação do(a) arte-educador(a) no Programa Atitude.

Para debatermos sobre Arte-Educação devemos compreender que este termo tem sua origem no ensino da Arte nas escolas brasileiras. Que por sua vez é uma conquista de grande importância obtida por artistas, professores, e incentivadores das artes que lutaram para a democratização e estabelecimento da Arte como disciplina acessível aos estudantes brasileiros. Também chamado de Arte-Educação, o ensino da Arte passou por um longo processo histórico até chegar às salas de aula como matéria curricular obrigatória.

A arte-educadora Ana Mae Barbosa¹⁶ foi quem utilizou o termo Arte-Educação pela primeira vez. Segundo ela Arte-Educação

(...) é todo e qualquer trabalho consciente para desenvolver a relação de públicos (criança, comunidades, terceira idade etc.) com a arte. Ensino de arte tem compromisso com continuidade e currículo, quer seja educação formal ou informal. Arte-Educação foi o termo usado por meus mestres. Eu acrescentei o hífen, Arte-Educação, no momento em que arte era recusada pelos educadores, nos anos de sua introdução obrigatória no currículo

¹⁶ Professora titular aposentada da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, atuando na pós-graduação e coordenando os cursos de Aperfeiçoamento e Aprofundamento em Arte-Educação no NACE-NUPAE. Foi diretora do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (MAC-USP) e presidente do *International Society of Education through Art* (InSea). É professora visitante da The Ohio State University, nos EUA.

escolar, em torno de 1973-1974, para dar idéia de diálogo e mútuo pertencimento entre as duas áreas¹⁷.

O ensino da Arte no sistema educacional brasileiro se deu a partir da metade do século XX, onde se encontram registros da presença de escolas com o objetivo de ensinar diversas modalidades artísticas as crianças e jovens.

Alguns personagens importantes do ensino da Arte no Brasil, como Teodoro Braga, Anita Malfatti e Mario de Andrade, foram os responsáveis pela disseminação do processo de ensino de Arte para os interessados em acessá-la.

Teodoro dirigiu em São Paulo a Escola Brasileira de Arte, Anita mantinha cursos para crianças e adolescentes em seu ateliê, enquanto Mario, entre outras coisas, na qualidade de diretor do Departamento de Cultura de São Paulo, incentivou a criação de um curso infantil. (RIBEIRO, 2006 p. 79)

No final da década de 40, seguindo um movimento de valorização da Arte infantil com o aparecimento de ateliês voltados para a livre expressão da criança, é fundado no Rio de Janeiro a Escolinha de Arte do Brasil, por iniciativa do artista pernambucano Augusto Rodrigues, da artista gaúcha Lúcia Alencastro Valentim e da escultora norte-americana Margareth Spencer. A criação desta escolinha se galga no Movimento Escolinhas de Arte - MEA, que congrega diversas escolinhas de arte, nos anos 1950, 1960 e 1970, por exemplo, a do Rio de Janeiro, da Bahia e do Recife.

Em 1961 com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB Lei nº 4.024/61), a Arte aparece sutilmente na redação desta lei, sob a forma de atividade complementar de iniciação artística.

No final dos anos 60 na tentativa de resolver a questão da falta de professores de Arte, foi firmado um convenio entre o Ministério da Educação e a Escolinha de Arte do Brasil, para execução junto as Secretarias Estaduais de Educação

(...) o qual resultou em cursos de especialização (ainda não se tinha um sistema de pós-graduação no Brasil) e na elaboração de um guia da nova disciplina. Contudo, poucos Estados conseguiram desenvolver e realizar algum projeto que resultasse em algo razoável, apesar de que se tenha realizado um trabalho mais efetivo de reciclagem e atendimento de professores no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e Rio Grande do Sul. (RIBEIRO, 2006 p. 81)

¹⁷ Disponível em: <http://www.simaodemiranda.com.br/Falandosobreoensinodaartenaescola.pdf>
Acesso em: 13/08/2011

Foi somente em 1971 com a adoção da segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 5.692/71) que o ensino de Arte entra oficialmente na educação brasileira, com o advento da Educação Artística para o ensino de primeiro e segundo graus e do curso de Licenciatura em Educação Artística para o ensino superior, nas modalidades de duração plena (quatro anos) ou duração curta (dois anos).

Art. 7º Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programa de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observado quanto à primeira o disposto no Decreto-lei no 869, de 12 de setembro de 1969. (Lei nº 5.692/71)

O professor de educação artística estava sob o molde da polivalência e era obrigado a ministrar as quatro principais áreas artísticas em sua disciplina (*música*, teatro, artes visuais e dança) se configurando desta forma a disciplina de Arte nas escolas brasileiras. A tentativa de ministrar um ensino polivalente em Arte acabou acarretando problemas metodológicos e de compreensão da finalidade da matéria na escola.

(...) formando uma verdadeira confusão que passava pela questão da competência profissional, do enfoque teórico-metodológico, das técnicas e materiais didáticos, como pelo próprio preconceito das outras disciplinas quanto a incompreensão da arte como forma de conhecimento, o que infelizmente perdura até hoje. (RIBEIRO, 2006 p. 81)

Incluída na grade escolar de forma pouco planejada e estruturada, a obrigatoriedade da Arte fez surgir novos obstáculos para a sua efetivação conforme rege a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Em relação à falta de professores de Artes nas salas de aula, Ribeiro (2006) “foram criados cursos emergenciais, para professores leigos, e complementares, para os professores provenientes de bacharelados de Belas Artes, conservatórios de música e escolas de teatro e dança”.

Visando a questão da qualificação dos professores, em 1977 foi criado pelo Ministério da Educação o Programa de Desenvolvimento Integrado de Arte-Educação – PRODIARTE – no intuito de integrar a cultura da comunidade e a cultura escolar.

Para discutir os entraves e buscar soluções para a melhoria das condições dadas aos professores de Arte, além de compartilhar pesquisa e debater com as

autoridades competentes, o rumo da Arte-Educação foi traçado nas décadas de 70 e 80 onde vários encontros foram promovidos pelo poder público, arte-educadores e estudantes de artes:

- I encontro de Especialistas de Arte e Educação, MEC/UnB – Brasília (1973);
- I Encontro Latino-Americano de Arte-Educação – Rio de Janeiro (1977);
- Semana de Arte e Ensino, ECA/USP – São Paulo (1981);
- Congresso da International Society for Education Thought Art, INSEA/Sobreart – Rio de Janeiro (1984);
- Encontro de Arte-Educação do Nordeste – João Pessoa (1984);
- Festival Latino-Americano de Arte e Cultura, FAAC/UnB – Brasília (1987).

Neste último evento Ribeiro (2006) "imaginou-se uma maneira de congregar a ânsia associativa que germinava nas várias unidades da federação, culminando na criação da Federação dos Arte-Educadores do Brasil (FAEB)".

A FAEB é o órgão de representação nacional das Associações estaduais, Regionais e Municipais dos profissionais de arte-educação, e tem dentre seus objetivos, o fortalecimento e valorização do ensino de Arte em busca de uma educação com identidade social e cultural brasileira. Também realiza a cada ano em locais diferentes do país o seu CONFAEB (Congresso Nacional da Federação de Arte-Educadores do Brasil), momento mais importante para o aprofundamento das questões teóricas e políticas sobre o ensino da Arte.

A FAEB foi muito importante nas discussões sobre o ensino da Arte quando se deu a elaboração da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

A respeito da atual LDB (Lei nº 9.394/96) ficou estabelecido em seu artigo 26, parágrafo 2º que: "O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos". O ensino da *música* também foi incluído na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de acordo com a Lei nº 11.769 de 2008 que altera a Lei nº 9.394/96 tendo em seu parágrafo sexto: "A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º deste artigo".

Paralelamente a promulgação da Lei nº 9.394/96, foram produzidos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) com a finalidade de sistematizar o ensino em todo o país.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de Arte no ensino fundamental, está determinado em seus objetivos gerais que:

No transcorrer do ensino fundamental, o aluno poderá desenvolver sua competência estética e artística nas diversas modalidades da área de Arte (Artes Visuais, Dança, Música, Teatro), tanto para produzir trabalhos pessoais e grupais quanto para que possa, progressivamente, apreciar, desfrutar, valorizar e julgar os bens artísticos de distintos povos e culturas produzidos ao longo da história e na contemporaneidade. (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – Arte, 1997, p. 34)

Muito se evoluiu desde a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, visto que a partir da promulgação da segunda LDB Lei nº 5.692/71 já passou a existir no currículo escolar uma disciplina específica para o ensino da Arte, porém a questão da polivalência do ensino das artes na escola ainda continua presente com a nova LDB e reforçada pelos PCN's.

Ainda não contamos com professores especializados que possam dar conta de um ensino voltado para as Artes Visuais, Dança, Música ou Teatro como propõe a legislação. Torna-se inviável a um profissional atuar no ensino de áreas distintas. Para tal, as escolas deveriam constituir uma equipe de profissionais que pudessem trabalhar, em conjunto, as áreas que compõem o ensino da arte. (CORRÊA, 2007, p. 109)

Podemos observar que o termo Arte-Educação no Brasil é ligado intrinsecamente com as ideias que permeiam a escola. A matéria ainda está longe de atingir um nível de satisfação por parte dos professores e estudantes, visto que se pode melhorar a questão da qualificação profissional, acabar com a figura do professor polivalente e ter materiais específicos e livros didáticos para serem utilizados em sala de aula.

As conquistas que já se dão primeiramente pelo nome da profissão (Arte-Educação) obtida em uma caminhada longa e árdua traduzem o empenho e a dedicação destes profissionais, professores, gestores públicos e amantes das Artes na busca pela democratização do ensino da Arte aos estudantes brasileiros.

Acreditamos que ainda teremos um processo o qual perdurará anos de debates árduos com a sociedade e o poder público para que possamos chegar a uma concepção mais concreta da matéria, para que o entendimento por parte da sociedade sobre a importância da Arte na vida, na expressão humana, na comunicação e no senso estético seja real, não como mera recreação, mas que seja reconhecida como já é estruturada hoje, uma matéria com objetivos claros no desenvolvimento intelectual, cognitivo e cultural das pessoas.

A sociedade deve perceber que para este desenvolvimento artístico ser eficiente na educação é necessário um profissional capacitado, dedicado ao fazer artístico e ao desenvolvimento educacional, pois não basta ser artista para dar aula de arte, este profissional deve ter agregado em si os dois conceitos, desta forma ele deve ser um Arte-Educador como definição.

2.1 ARTE EDUCAÇÃO EM PROGRAMAS SOCIAIS

Este capítulo é fruto de questionamentos que apareceram durante a nossa experiência profissional no Programa Atitude e em módulos da especialização em Políticas Públicas para Infância e Juventude.

Por vezes nos perguntamos sobre o desenvolvimento de programas sociais e para que de fato eles realmente servem, como são gerados e para quem são gerados.

Na Constituição Federal o termo *Direito Social* é utilizado por ter uma concepção ampla que visa diminuir as desigualdades através da garantia de melhor qualidade de vida aos cidadãos que se encontram fragilizadas socialmente. Uma das ações na melhoria desta qualidade de vida é o desenvolvimento de *Programas Sociais* que na concepção do termo, é uma ação que beneficia as pessoas de um território específico, esta ação é promovida pelo Estado direta ou indiretamente.

Exposto no Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo II – Dos Direitos Sociais, o artigo 6º rege que:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição¹⁸.

¹⁸ - Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 17/03/2011.

Estes direitos estão relacionados em outros textos fragmentados por toda a legislação, e orientam o Poder Público a tomar medidas elaborando programas no sentido de promovê-los, assegurando à população a real efetivação dos seus direitos e garantias constitucionais.

(...) a noção de “programas sociais” abrange tanto aqueles regidos pela lógica da previdência social (na qual o benefício é condicionado por uma contrapartida pelo beneficiário), quanto os orientados pela lógica da “proteção social” (filha dos “direitos sociais” da Constituição de 1988), que, como vimos, dispensa os beneficiários de “contrapartida”, no presente, em nome da exploração que sofrem e que seus ascendentes teriam sofrido no passado. O universo dos programas sociais é, portanto, extraordinariamente amplo, envolvendo boa parte dos recursos orçamentários do Estado¹⁹.

Portanto, as ações governamentais efetivadas por meio dos programas sociais devem buscar os melhores caminhos para sua execução, tornando-se assim um Estado comprometido com a responsabilidade social, atendendo as demandas advindas da população.

Para o presente estudo, é interessante relatar como a Arte-Educação atua na execução desses programas sociais. Para isto deve-se entender as funções da Arte-Educação, que, segundo Ferreira (2005), a partir dos estudos de Robert Saunders, tem duas orientações:

(...) a Arte-Educação tem, predominantemente, duas orientações teórico-práticas: a educação para a arte e a educação pela arte, sendo que a primeira tem como foco principal o produto artístico final (a obra de arte) e a segunda busca um equilíbrio maior entre processo e produto, enfatizando mais o educando. (FERREIRA, 2005. p. 46).

É importante destacar a segunda orientação que Saunders²⁰ (2005) faz da Arte- Educação no sentido de utilizar da Arte para promover a conscientização e a formação de um educando crítico e que se percebe como um ente inserido em determinada cultura, fomentando-a e acrescentando-a a essa, determinados valores.

No Brasil, pela primeira vez em sua história, a Constituição Federal de 1988 (art. 215), determina que o — Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

¹⁹ Disponível em: http://www.senado.gov.br/sf/comissoes/cas/es/ES_ProgramasSociais1.pdf. Pg 3. Acesso em 17/02/2011.

²⁰ - SAUNDERS, Robert J. “Arte-Educação.” In: COELHO, op cit. 2005 p.56.

Acerca desta determinação constitucional o Estado cria em 1991 o Programa Nacional de Apoio a Cultura (Pronac), incorporado a Constituição Federal sob a forma de um Plano Nacional de Cultura através da emenda constitucional nº 48 de 10 de agosto de 2005, acrescentando o parágrafo terceiro ao artigo 215 da Constituição²¹

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

I - defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;

II - produção, promoção e difusão de bens culturais;

III - formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;

IV - democratização do acesso aos bens de cultura;

V - valorização da diversidade étnica e regional.

A ideia do Ministério da Cultura (Minc) é que o Plano Nacional de Cultura venha com a finalidade de fomentar o planejamento e implementar políticas públicas a longo prazo, isso no intuito de promover e proteger a diversidade cultural do nosso país.

Nossa cultura é miscigenada e desta forma tem uma pluralidade muito rica, ela se expressa na prática, nos serviços e bens artísticos e culturais que são de grande importância para o exercício da cidadania, a expressão simbólica e o desenvolvimento socioeconômico do país.

O Ministério pretende através desta estratégia, garantir que uma influência externa não prepondere e modifique os costumes essenciais do povo brasileiro. Um exemplo é a mídia capitalista que é munida de milhões em investimentos, já o *caboclo*²² que passa seus costumes para os próprios descendentes não tem os mesmos recursos. Segundo o Minc, o Plano Nacional de Cultura visava o

Fortalecimento institucional e definição de políticas públicas que assegurem o direito constitucional à cultura proteção e promoção do patrimônio e da diversidade étnica, artística e cultural ampliação do acesso à produção e fruição da cultura em todo o território inserção da cultura em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico estabelecimento de um

²¹ Fonte http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc48.htm. Acesso em 16/08/11.

²² **Caboclo** é o mestiço de branco com índio; caboco, mameluco, caiçara, cariboca, curiboca. Antiga designação do indígena brasileiro.

caboclo [ô] (tupi *caá-boc*, tirado do mato) Que tem cor acobreada. *s. m.* . Nome que se dá no Brasil aos indígenas de pele acobreada, geralmente mestiço de branco e índia. (<http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx>)

sistema público e participativo de gestão, acompanhamento e avaliação das políticas culturais²³.

Abordamos as políticas públicas em Arte no **Capítulo 1.2**, porém neste momento para o entendimento desta discussão é importante destacar que existe uma base legal que legitima e incentiva a promoção de políticas públicas em Arte e que no pensamento político existe uma contradição entre a teoria e a prática no tocante a formulação de ações que se utilizam da Arte.

O desenvolvimento crítico e da expressão comunicativa que a Arte tem geralmente não são percebidos pelo poder público e pela sociedade, pois sempre fica em primeiro plano o resultado do produto final e o meio pelo qual a Arte se manifesta na conotação de diversão e entretenimento, mas não sua finalidade a partir de um pensamento Artístico e tão pouco Artístico-Educacional.

Demonstrar que o que é feito como arte é verdadeiramente arte e que, sendo arte, se associa organicamente a outras atividades, não artísticas e até não estéticas, inserindo-se assim no sistema geral da cultura: o que explica o recurso a argumentações bastante complexas e o emprego de uma “linguagem especial”, em que abundam os termos não só técnicos e científicos (na medida em que ciência e técnica são as atividades hegemônicas no atual sistema cultural), como também literários, sociológicos e políticos. (ARGAN, 1995, p. 130)

A discussão da complexidade artística e sobre tudo da crítica artística perante a sociedade deveria ser feita na construção das políticas públicas em Arte, visto que a partir destas políticas surgem os programas sociais e projetos que se utilizam da Arte muitas vezes para legitimarem sua finalidade social.

Além de um momento de fruição, criação, desenvolvimento crítico e comunicativo a Arte também consiste no entendimento do próprio processo artístico, na experimentação de sensações e momentos vivenciados que possibilitam a expansão da compreensão do mundo que nos cerca.

Apesar de a concepção de que uma das funções sociais da arte é fazer uma crítica da cultura estar expressa nos programas de governo, ela não é incorporada pelo conjunto das pessoas envolvidas na implantação dos projetos. (FERREIRA, 2005, p. 170)

²³ Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/categoria/politicas/plano-nacional-de-cultura/> acessado em 17 de agosto de 2011.

Os governantes quase sempre fazem um uso disforme das reais funções da Arte, na maioria das vezes tratando-a como objeto de adorno e servindo como atividade de animação para eventos de outras áreas.

Um exemplo concreto que se percebe em gestões municipais é o que relata a Professora Marilena Chauí:

De fato, os demais integrantes dos governos municipais solicitam serviços culturais em dois tipos de ocasião: abertura e encerramento de atividades dos outros setores sociais, isto é, shows, concertos, espetáculos para “animar” o início ou o término de encontros e congressos de saúde, habitação, abastecimento, educação, transporte, bem estar - social; para “animar” o início ou término de mutirões; para “animar” os festejos locais de efemérides de cidades, regiões ou bairros. Cultura, via de regra, é momento do (palco, som e luz) para espetáculos. (CHAUI²⁴. 1991 p. 5)

O trabalho de um Arte-Educador em Programas Sociais requer em primeiro lugar, respeito pela Arte como forma de conhecimento humano e perceber que a Arte-Educação propicia o desenvolvimento de uma consciência social. Cabe ainda destacar que todas as linguagens artísticas podem se tornar meios para o desenvolvimento dessa consciência.

A Arte-Educação não tem uma obrigação de formar performers nas áreas artísticas, mas sim trabalhar a consciência sobre a performer dos artistas. Mostrar que é possível entender a expressão artística e a linguagem falada tão sutilmente através das formas, gestos, sons e movimentos.

2.2 O PAPEL DO ARTE-EDUCADOR NO PROGRAMA ATITUDE

Para entender o papel do Arte-educador no Programa Atitude é necessário compreender a estruturação e as atribuições da equipe que atuavam nos núcleos, formada por um Assistente Social, dois Psicólogos, um Arte-educador e um Educador Físico. Com estes profissionais a equipe poderia agir no território desenvolvendo ações multidisciplinares e assim abordando atividades de cidadania, as quais seriam ligadas aos eixos de atuação do Programa. Porém em alguns núcleos a equipe não estava completa, por motivos diversos, o que prejudicou a

²⁴ CHAUI, Marilena de Souza. Texto-base para a discussão dos representantes das Secretarias Municipais de Culturas petistas para a entrega aos prefeitos durante o encontro de 17-18 de agosto no Rio de Janeiro. [São Paulo]: [1991], p. 5. O texto foi elaborado por Marilena Chauí a partir das discussões entre os secretários municipais de cultura e representantes de secretarias ou departamentos de cultura das prefeituras petistas em 6 de julho de 1991. Marilena Chauí foi secretaria de Cultura da cidade de São Paulo na gestão 1989-1993. In FERREIRA, 2005 p. 44.

realização de certas atividades. O edital 062/2009²⁵ GRHS/SECJ que regulamenta a segunda prova para técnicos do Programa no item 2.4 cita:

Os profissionais selecionados serão subordinados à Coordenação Executiva do Programa Atitude e lotados nos núcleos das comunidades selecionadas, atuando em articulação e integração com as políticas públicas e a rede de serviços existente para a criança e o adolescente, tendo por atribuições genéricas, desenvolver os seguintes eixos, objetivos e atividades:

Quadro 1

EIXOS DE ATUAÇÃO	OBJETIVOS GERAIS DO PROGRAMA ATITUDE	ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS
FORTALECIMENTO DA FAMÍLIA	Cooperar com as famílias na tarefa de educar seus filhos; criar, restabelecer e reforçar os vínculos familiares e comunitários; trabalhar pela criação de ambientes familiares livres de violência.	Visitas, estudo de casos, relatórios, sessões de negociação de conflitos, oficinas de compartilhamento das questões envolvidas na tarefa de educação dos filhos, grupos de apoio e atendimentos individuais com abordagem terapêutica e pedagógica; campanhas educativas e desenvolvimento de material de apoio, atividades lúdicas, culturais e comunitárias.
SUPERAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E CRIAÇÃO DE REDES DE PROTEÇÃO	Reduzir os eventos e situações de violências contra crianças e jovens; implantar serviços especializados de proteção às vítimas e responsabilização e tratamento de agressores; estimular denúncias.	Identificar e buscar superar situações de trabalho precoce, exploração sexual comercial, abusos, maus-tratos, violência física, psicológica e discriminações. Articular programas, serviços, instituições e pessoas que possam atuar na defesa e na constituição de redes de proteção, produzir material educativo e promover encontros, seminários, palestras sobre desenvolvimento saudável, alertas e identificação de sinais de violência.
PRÁTICAS FORMATIVAS, SOCIALIZADORAS E DE CIDADANIA	Reduzir índices de evasão escolar; ampliar oportunidades de qualificação profissional; estabelecer práticas para um convívio social saudável, criativo, produtivo, colaborador e solidário; participação social da juventude junto a sua comunidade; desenvolver sentimento de pertencimento nas crianças, jovens e suas famílias.	Realizar e/ou acompanhar oficinas livres de esporte e arte-educação; oficinas de preparação para o mundo do trabalho; implantar Central de Aprendizagem; responsabilizar-se pelo acompanhamento dos "bolsistas-atitude" e estagiários do Programa Atitude que desenvolverão atividades em prol da comunidade, em espaços como a escola aberta em finais de semana, centros da juventude e espaços de organização comunitária e religiosa.

Quadro 2

²⁵ O GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, através da SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE - SECJ, faz saber que realizará Processo Seletivo Simplificado para formação de Cadastro Reserva, para contratação em caráter temporário, por Prazo Determinado, pelo período de doze meses, podendo ser prorrogado por quantas vezes forem necessárias, desde que não ultrapasse o limite máximo de 02 (dois) anos, para as funções de Assistente Social, Cientista Social, Psicólogo, Professor de Educação Física e Profissional de Arte-Educação para atuar no PROGRAMA ATITUDE (Deliberação nº 019/2007 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente do Paraná).

EIXOS DE ATUAÇÃO	OBJETIVOS GERAIS DO PROGRAMA ATITUDE	ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS
ABORDAGENS EDUCATIVAS E TERAPÊUTICAS AOS USUÁRIOS DE DROGAS	Ampliar e qualificar a rede de serviços que presta atendimento psicossocial a crianças e adolescentes usuários de drogas lícitas e ilícitas e suas famílias; implantar equipamentos e serviços de saúde mental; promover curso de especialização para os trabalhadores de saúde mental governamentais e não-governamentais.	Acolhimento e atendimentos individuais e em grupo de usuários e familiares; articulação com serviços e equipamentos de saúde; sensibilização; encaminhamento e acompanhamento do tratamento médico; campanhas educativas, divulgação de informações e desenvolvimento de material de apoio.
REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA PRATICADA POR JOVENS	Atuar de forma integrada sobre os fatores envolvidos no fenômeno da violência; reduzir os índices de violência praticada por jovens nas localidades, bairros e municípios de abrangência do Programa.	Desenvolver, por meio das atividades propostas pelo Programa, atitudes de superação da violência; estimular a cultura da paz e tolerância; atuar em integração com o sistema socioeducativo, de justiça e segurança.
FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES	Implementar e qualificar a rede de proteção e atenção às crianças e adolescentes.	Promover articulação com os atores do Sistema de Garantia de Direitos, como conselheiros de direitos e tutelares, promotores, juizes e gestores públicos.

Quadro 3

Profissional de Arte-Educação	
Descrição Sumária da função	
<ul style="list-style-type: none"> • Planejar, coordenar e executar as atividades da área da arte educação; • Participar da recepção acolhedora das crianças, jovens e seus familiares; • Participar dos estudos de casos, bem como descrever as atividades realizadas em fichas de acompanhamento; • Realizar atividades pedagógicas, recreativas, esportivas, culturais, artesanais e artísticas que sejam atrativas às crianças, jovens e suas famílias, privilegiando o contexto comunitário; assim como as temáticas formadoras, socializadoras e de cidadania; • Desenvolver e coordenar as oficinas desenvolvidas no núcleo, visando articulá-las com os outros residentes e suas respectivas áreas de atuação; • Apoiar as iniciativas dos jovens em prol da comunidade e de seus pares, colocando-se à disposição para oferecer suporte, privilegiando a liderança positiva dos adolescentes por meio de fornecimento de materiais, disponibilização de espaço físico e divulgação; • Auxiliar e desenvolver canais de expressão e reconhecimento, visando o protagonismo juvenil, tais como: atividades artísticas e culturais na comunidade, rádio ou jornal comunitário; campeonatos; gincanas, olimpíadas culturais e dentre outras; • Realizar rodas de conversas e debates com temáticas atuais, respeitando a fase de desenvolvimento do público atendido; • Participar ativamente dos planos de trabalho, buscando a intervenção transdisciplinar; • Buscar e articular recursos da comunidade para o desenvolvimento das atividades propostas; • Manter registros de informações para levantamentos estatísticos; 	
Jornada Semanal:	30 horas.
Remuneração Bruta:	R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).
Requisitos: Preencher uma das duas condições:	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Licenciatura em Artes ou Educação Artística, Letras, Pedagogia 2. Pós graduação <i>latu sensu</i> na área de Arte-Educação. 	

Na descrição do edital é possível analisar positivamente a intenção de ter um Arte-educador atuando na equipe multidisciplinar, porém quando vemos os pontos exigidos, estes demonstram existir contradições com a formação do profissional e a finalidade para a qual ele está preparado para atuar.

Barbosa (2006) em seu artigo *Arte-Educação Contemporânea ou Culturalista* aponta duas visões: a de Eisner que enfatiza a imaginação e a de Paulo Freire que também valoriza a imaginação, além disso, sugere diálogos com a conscientização social, na atuação do profissional de Arte-Educação.

Para ambos, a educação é mediatizada pelo mundo em que se vive, formatada pela cultura, influenciada por linguagens, impactada por crenças, clarificada pela necessidade, afetada por valores e moderada pela individualidade. Trata-se de uma experiência com o mundo empírico, com a cultura e a sociedade personalizada pelo processo de gerar significados, pelas leituras pessoais auto-sonorizadas do mundo fenomênico e das

“paisagens interiores”. É aí, na valorização da experiência que os três filósofos e/ou epistemólogos se encontram: Dewey, Paulo Freire e Eisner. Se para Dewey experiência é conhecimento, para Freire é a consciência da experiência que podemos chamar conhecimento. Já Eisner destaca da experiência do mundo empírico sua dependência de nosso sistema sensorial biológico, que é a extensão de nosso sistema nervoso ao qual Susanne Langer chama de “órgão da mente”. (BARBOSA. 2006, p. 57²⁶)

A Arte não vai simplesmente cumprir um espaço na vida de uma pessoa como um momento recreativo, um passa tempo. Estes momentos existem no fazer Artístico como consequência das atividades, mas não podem ser confundidos com a finalidade Artística. Há atuação de outras áreas as quais se encarregam de desenvolver estas atividades recreativas na vida do ser humano com o único intuito de recreação. Porém, a Arte vai utilizar de momentos lúdicos e principalmente da imaginação criativa do ser humano para concretizar seu produto.

Segundo Eisner, refinar os sentidos e alargar a imaginação é o trabalho que a arte faz para potencializar a cognição. Cognição é o processo pela qual o organismo se torna consciente de seu meio ambiente. Novamente os três gigantes da filosofia da educação se encontram e nos alertam acerca da importância da arte para nos permitir a tolerância à ambiguidade e a exploração de múltiplos sentidos e significações. Esta dubiedade da arte a torna valiosa na educação: arte não tem certo e errado, tem o mais ou o menos adequado, o mais ou o menos significativo, o mais ou o menos inventivo. (BARBOSA. 2006, p. 57)

No desenvolvimento Artístico o ser pode ampliar sua capacidade criativa e inventiva, pode através desta percepção compreender e resolver problemas de maneiras não ortodoxas. Porém a visão das pessoas em programas sociais e mesmo na educação é turva, pois o que se pensa da Arte é que ela vai fazer com que a pessoa melhore em matemática, português, física e outras matérias, ou até mesmo que a pessoa melhore seu comportamento social perante os colegas e a escola. Estes acontecimentos são consequências do fazer Artístico, a finalidade vai além de ajudar nas notas e controle comportamental.

Arte na educação se contrapõe às supostas verdades da educação e, mais supostas ainda, às certezas da escola. São muitas as visões da Arte-Educação as quais dependem da ênfase que se dá às funções da arte na educação. Para Eisner, as que operam até nossos dias são:

²⁶ Coleção Educação para todos: Trajetória e Políticas para o Ensino das Artes no Brasil: anais do XV Confaeb (XV Congresso Nacional da Federação de Arte-Educadores do Brasil – Brasília, dezembro de 2006)

- auto-expressão criadora;
- solução criadora de problemas;
- desenvolvimento cognitivo;
- cultura visual;
- ser disciplina;
- potencializar a performance acadêmica;
- preparação para o trabalho. (BARBOSA. 2006, p. 57)

Estas definições descritas por Barbosa são acompanhadas de uma análise bem estruturada para cada apontamento feito, optamos por colocar os pontos descritos por ela, pois estes já suprem a necessidade da nossa pesquisa. A partir destes tópicos temos um norteador na análise do edital; vejamos ponto a ponto as atribuições descritas no **Quadro 3**:

Os três primeiros pontos são necessários para a execução do trabalho. Porém o quarto ponto não condiz com a prática Artística, pois quando fala que o Arte-educador deveria “realizar **atividades pedagógicas, recreativas, esportivas, culturais, artesanais e artísticas que sejam atrativas** às crianças, jovens e suas famílias, privilegiando o contexto comunitário (grifo nosso); assim como as temáticas formadoras, socializadoras e de cidadania”. É possível perceber um despreparo (não entendimento da profissão) ao colocar tais atribuições para o(a) arte-educador(a). Podemos notar a mistura de atribuições de outras profissões para um cargo específico, com características específicas.

Na elaboração de um documento oficial como este (edital de concurso) a exigência de desenvolver atividades que “devem ser atrativas a população” demonstra certa imposição por parte do redator/redatores do edital de como o profissional deve realizar seu trabalho em um território. É perceptível a imposição de valor na descrição da realização de um trabalho que ainda não se tinha o conhecimento do profissional (pessoa) e do território que ele iria atuar.

“Por meio da Arte é possível desenvolver a percepção e a imaginação, apreender a realidade do meio ambiente, desenvolver a capacidade crítica, permitindo ao indivíduo analisar a realidade percebida e desenvolver a criatividade de maneira a mudar a realidade que foi analisada”. (BARBOSA. 2003, p.18)

O quinto ponto e o nono ponto são similares ao mencionar o trabalho em equipe que deveria ser desenvolvido de maneira proveitosa, mas esta peculiaridade será explorada nas análises dos questionários, pois a discussão sobre o trabalho

interdisciplinar na equipe foi abordado por todos os arte-educadores que participaram da pesquisa.

É importante neste momento comentar que estes dois pontos condizem com a aplicação de um trabalho relevante no território e para o funcionamento da estrutura idealizada para o Programa. Porém existiram algumas variantes na atuação do profissional, principalmente quando este tomou posse da sua função no Programa, como ele foi recebido e como se desenrolou o trabalho dentro da equipe que já estava atuando no território.

O sétimo tópico aponta mais uma vez para a não compreensão da profissão de Arte-educador, pois foi escrito em um sentido generalista, o qual abrange todas as profissões e não elaborado para a atuação de cada profissional do Programa, quando este tópico diz que o(a) arte-educador(a) tem a atribuição de promover **“campeonatos, gincanas, olimpíadas culturais e dentre outras”** deixa claro o descuido em sua elaboração.

No capítulo que trata sobre Políticas Públicas e Arte foi abordado o quanto é difícil a compreensão da sociedade e conseqüentemente dos governos que a Arte e a Cultura não são jogos olímpicos ou momentos de entretenimento e sim um fenômeno cultural, um momento onde podemos desenvolver atividades de criação, reflexão, fruição e principalmente utilizar este espaço para entender sobre cultura, de onde viemos, o que nos pertence de direito e como podemos manipular isso artisticamente.

Como a matemática, a história e as ciências, a arte tem domínio, uma linguagem e uma história. Se constitui, portanto, num campo de estudos específicos e não apenas em meia atividade [...] A arte-educação é epistemologia da arte e, portanto, é a investigação dos modos como se aprende arte na escola de 1º grau, 2º grau, na universidade e na intimidade dos ateliers. Talvez seja necessário para vencer o preconceito, sacrificarmos a própria expressão arte-educação que serviu para identificar uma posição e vanguarda do ensino da arte contra o oficialismo da educação artística dos anos setenta e oitenta. Eliminemos a designação arte-educação e passemos a falar diretamente de ensino da arte e aprendizagem da arte sem eufemismos, ensino que tem de ser conceitualmente revisto na escola fundamental, nas universidades, nas escolas profissionalizantes, nos museus, nos centros culturais a ser previsto nos projetos de politécnica que se anunciam. (BARBOSA. 1991, p. 6-7)

A concepção de que desenvolver atividades Artísticas e culturais diverte as pessoas é aceitável. Que as pessoas entendem estas atividades como uma brincadeira, pode auxiliar no desenvolvimento da atividade. Mas tudo isso deve ser a

partir de uma orientação específica, por um profissional de Artes, este vai mostrar não com explicações teóricas ou explanações de conteúdo denso sobre história das Artes o que as pessoas estão realizando na atividade. O profissional vai trazer uma reflexão através das próprias ações do grupo, ou na observação de uma ação vivenciada em um momento específico pelo grupo. O exemplo que poderíamos pensar seria um acontecimento ocorrido durante a atividade, este profissional se utilizará do seu conhecimento e do aporte teórico que lhe acompanha para fazer com que os participantes da atividade percebam as possibilidades que surgiram com o ocorrido, quais caminhos que podem seguir e como podem modificar a situação através dos conhecimentos Artísticos apreendidos.

A concepção de arte no espaço implica numa expansão do conceito de cultura, ou seja, toda e qualquer produção e as maneiras de conceber e organizar a vida social são levadas em consideração. Cada grupo inserido nestes processos configura-se pelos seus valores e sentidos, e são atores na construção e transmissão dos mesmos. A cultura está em permanente transformação, ampliando-se e possibilitando ações que valorizam a produção e a transmissão do conhecimento. Cabe então negar a divisão entre teoria e prática, entre razão e percepção, ou seja, toda fragmentação ou compartimentalização da vivência e do conhecimento. (LEÃO, Raimundo Matos de. **A Arte no Espaço Educativo**.²⁷)

É importante entender a função da Arte na sociedade e a partir deste ponto trabalhar com profissionais capacitados, preparados para compreender as atividades Artísticas com a visão Artística, pois outro ponto divergente que observamos no edital é a possibilidade que o mesmo abre para assumir a função de arte-educador(a). O edital contempla uma pessoa habilitada em *Letras* ou *Pedagogia*:

Requisitos: Preencher uma das duas condições:

1. Licenciatura em Artes ou Educação Artística, **Letras, Pedagogia**
2. Pós graduação *latu sensu* na área de Arte-Educação.

²⁷ Disponível em: http://caracol.imaginario.com/paragrafo_aberto/rml_arteduca.html Acessado em 01 de julho de 2011.

O artista *não diz* (um significado conceitual), o artista *mostra* (os sentimentos, através de formas harmônicas). O artista procura concretizar, nas formas, aquilo que é inefável, inexprimível pela linguagem conceitual. Portanto, a arte não é um símbolo verdadeiro, como são os lingüísticos. Ela é quase um símbolo, já *que simboliza apenas e tão-somente os sentimentos que existem nela própria*. (DUARTE JR. 2008, p. 46).

Não basta criar um mundo imaginário em poesias ou histórias, compreender um sistema educacional e as regras pedagógicas que o cercam, mas é necessário estar preparado para lidar com um mundo simbólico diferenciado, uma linguagem muitas vezes abstrata que só o Artista compreende, por uma série de experimentações e vivências. É possível perceber o não entendimento da sociedade sobre o que é um profissional que atua com Arte, seja qual for a linha escolhida por este profissional (música, plásticas, dança, teatro, circo e etc.).

3. PROCESSOS E ANÁLISES DA PESQUISA

Neste capítulo pretendemos esclarecer quais os procedimentos utilizados em nossa pesquisa, também relatar as análises feitas a partir do material coletado.

3.1 METODOLOGIA

No período em que trabalhamos no Programa²⁸ e estávamos cursando os módulos da Especialização, foi possível uma troca de informações com técnicos de várias localidades e chamou nossa atenção a atuação destes técnicos realizada em seus núcleos.

Não nos utilizamos de julgamento perante as profissões, e sim analisamos com base nos documentos existentes e nos questionários aplicados, o que cada profissional pensou durante sua atuação no Programa relacionado ao arte-educador(a), ou realizou em conjunto ao Arte educador durante sua atuação no Programa.

Seguimos o embasamento teórico da linha da Arte-Educação descrito por Ana Mae Barbosa e relacionamos as respostas dos questionários com o referencial teórico da área, pois uma das inquietações frente à pesquisa foram discursos sobre como o profissional de Arte deveria agir em um projeto social; como o profissional de Arte deveria ajudar e quais tarefas ele deveria realizar. Juntamente com suas respostas no questionário os arte-educadores apresentaram inquietações perante o tratamento da equipe e da própria coordenação Estadual e Municipal do Programa em relação ao trabalho do(a) arte-educador(a). Desta forma desenvolvemos nossa pesquisa baseada nos relatos dos técnicos das áreas de assistência social, psicologia, educação física e Arte-Educação que foram captados nos questionários.

3.1.1 Objetivos e Critérios adotados para analisar os questionários

O processo metodológico da presente pesquisa consistiu em analisar o material originado pelos técnicos - os questionários - segundo o eixo *Práticas Formativas, Socializadoras e de Cidadania*²⁹ e as diretrizes da profissão da Arte-Educação.

²⁸ Éverton Luis Backes – atuou como arte-educador no município de São José dos Pinhais, bairro São Marcos.
Roger Rodrigues Germiniano – atuou como arte-educador no município de Colombo, bairro Guaraituba.

²⁹ Edital 062/2009²⁹ GRHS/SECJ.

3.1.2 Objetivo da pesquisa:

Objetivo geral – analisar como se estabeleceu a prática da Arte-Educação no Programa Atitude.

Objetivos específicos:

- Analisar as relações interdisciplinares que se estabeleceram entre o(a) arte-educador(a) e os demais membros da equipe de técnicos nos núcleos do Programa Atitude.
- Verificar se as atribuições definidas no eixo *Práticas Formativas, Socializadoras e de Cidadania* do Edital 062/2009³⁰ GRHS/SECJ de contratação foram executadas na atuação do(a) arte-educador(a).

3.1.3 Delineamento da pesquisa:

A presente pesquisa consiste em um Estudo de Caso, que usou como instrumento de coleta de dados dois questionários distintos para um total de 19 (dezenove) técnicos. Sendo um questionário específico para sete arte-educadores e outro questionário específico para 12 (doze) técnicos das demais especialidades atuantes no Programa, verificando como foi a prática com Artes nos núcleos a partir do eixo específico do Programa.

O Estudo de Caso é uma pesquisa empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real e as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes e assim múltiplas fontes de evidências são utilizadas. (YIN, Robert K. **Case Study Research: design and methods**. Tradução PINTO, Ricardo Lopes).

Para uma melhor divisão do presente trabalho, as análises foram divididas em questões direcionadas aos arte-educadores e questões direcionadas aos demais técnicos do Programa.

Como estávamos envolvidos diretamente nos núcleos e na especialização com os demais técnicos percebemos que além de pesquisadores também fizemos

³⁰ O GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, através da SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE - SECJ, faz saber que realizará Processo Seletivo Simplificado para formação de Cadastro Reserva, para contratação em caráter temporário, por Prazo Determinado, pelo período de doze meses, podendo ser prorrogado por quantas vezes forem necessárias, desde que não ultrapasse o limite máximo de 02 (dois) anos, para as funções de Assistente Social, Cientista Social, Psicólogo, Professor de Educação Física e Profissional de Arte-Educação para atuar no PROGRAMA ATITUDE (Deliberação nº 019/2007 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente do Paraná).

parte do objeto pesquisado. William Foote (2005), em sua obra traduzida recentemente para o português, comenta a observação participante no campo das Ciências Sociais:

A observação participante implica, necessariamente, um processo longo. [...] O tempo é também um pré-requisito para os estudos que envolvem o comportamento e a ação de grupos: para se compreender a evolução do comportamento de pessoas e de grupos é necessário observá-los por um longo período e não num único momento (VALADARES. 2007, p. 320).

A observação participante supõe a interação pesquisador/pesquisado. As informações que obtém, as respostas que são dadas às suas indagações, dependerão, ao final das contas, do seu comportamento e das relações que desenvolve com o grupo estudado (VALADARES. 2007, p. 301).

A observação participante é um meio fundamental para obter informações de grupos e provém das Ciências Sociais podendo ser aplicada no campo da educação. No caso deste trabalho, a presente técnica, não é nem estruturada e nem totalmente livre. Para ter um caráter estruturado, ela deveria seguir certos passos e delineamentos metodológicos mais rígidos nos registros.

A observação participante foi introduzida pela Escola de Chicago, nos anos 1920, tendo sido duramente contestada pelos pesquisadores experimentais, e abandonada por décadas. Seu resgate atual, no entanto, auxilia nas descrições e interpretações de situações cada vez mais globais. Após sua recuperação, porém, o método é banalizado e utilizado de forma indiscriminada, sem o rigor metodológico que esse procedimento exige em relação à coleta, registro e interpretação pertinentes e coerentes com a realidade estudada. Em muitos casos, a observação participante passa a ser relacionada a interpretações meramente emotivas e deformações subjetivas e sem dados comprobatórios. (QUEIROZ, Danielle T.; VALL, Janaina; SOUZA, Ângela M. A. e VIEIRA, Neiva F. C. 2007, p. 277).

Na presente pesquisa os registros se limitam a dois questionários específicos por área. Com estes registros foi possível fazer a análise dos fatos ocorridos na prática profissional dos técnicos participantes do Programa.

A população da presente pesquisa é formada por profissionais das áreas da Psicologia, Assistência Social, Educação Física e Artes.

3.1.4 Instrumentos de coleta de dados:

Para a presente pesquisa foram utilizados questionários contendo dezesseis perguntas aos arte-educadores (anexo nº 01) e outro contendo cinco perguntas (anexo nº 02) aos demais técnicos da equipe. Alguns questionários foram entregues em mãos, outros enviados por e-mail.

Primeiramente pensamos em equipes somente da região metropolitana de Curitiba. Porém, como a adesão à pesquisa foi pequena, decidimos então entrar em contato com técnicos do interior do Estado para efetivamente termos um número de participantes maior. Da pesquisa participaram sete arte-educadores e 12 (doze) questionários foram respondidos por técnicos de diferentes áreas.

Ao aplicar os questionários aos arte-educadores, priorizamos apenas os que tivessem formação na área de Artes (Licenciatura em Música, Licenciatura em Teatro, Licenciatura em Artes Visuais, Licenciatura em Dança e Licenciatura em Educação Artística), visto que o edital de contratação dos técnicos permitia que Pedagogos e licenciados em Letras também pudessem atuar como Arte-educadores.

3.2 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

O presente capítulo se estrutura na análise dos questionários feitos aos arte-educadores e demais técnicos do Programa. Resolvemos dividir em dois subitens, o 3.2.1 tratará das análises feitas somente dos questionários dos arte-educadores. O subitem 3.2.2 por sua vez dos questionários dos demais técnicos participantes da pesquisa.

No decorrer das análises sobre os questionários optamos por fazer alguns recortes dos trechos originais escritos pelos participantes da pesquisa os quais nós achamos mais relevantes dentro da nossa proposta. Colocamos estes recortes em formato de citação e entre aspas, para que o leitor se localize quando é expresso o pensamento do participante da pesquisa, mantendo a identidade do mesmo em sigilo. Desta forma não há referência ao autor do trecho.

3.2.1 Análise dos Questionários dos Arte-Educadores:

Gráfico 1

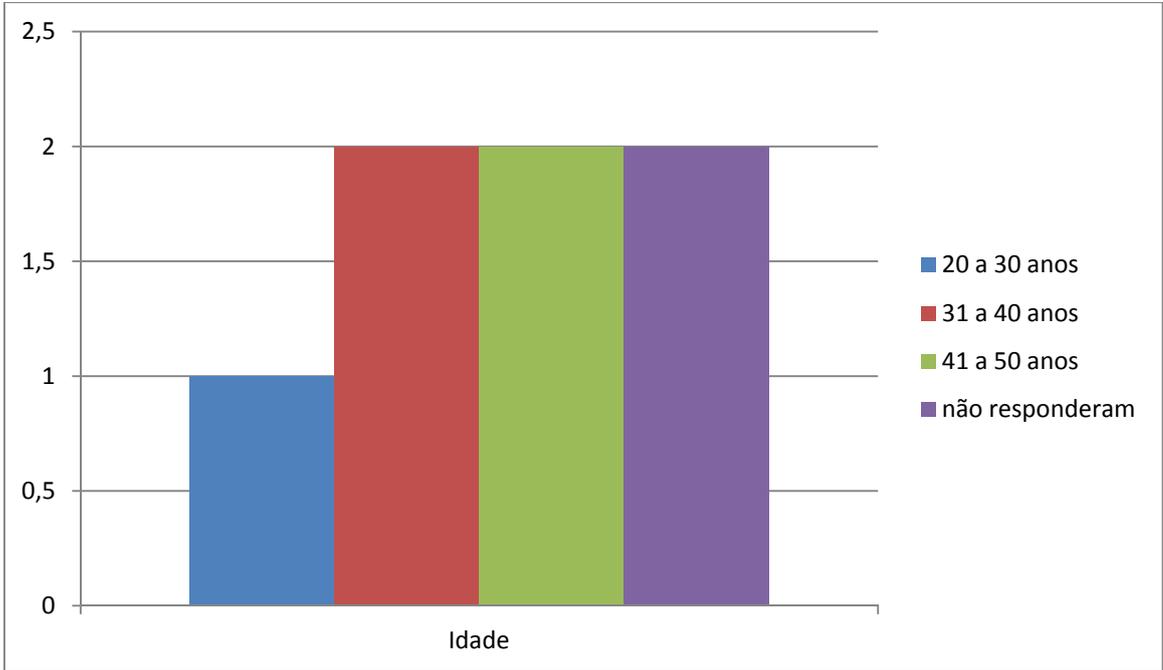


Gráfico 2

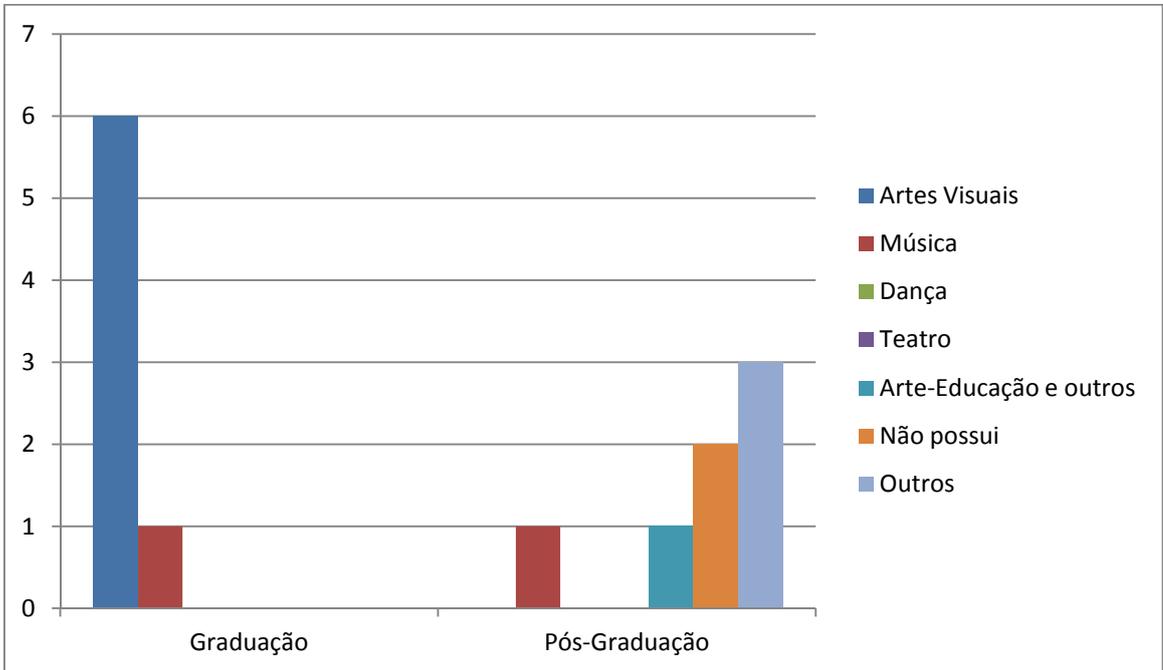
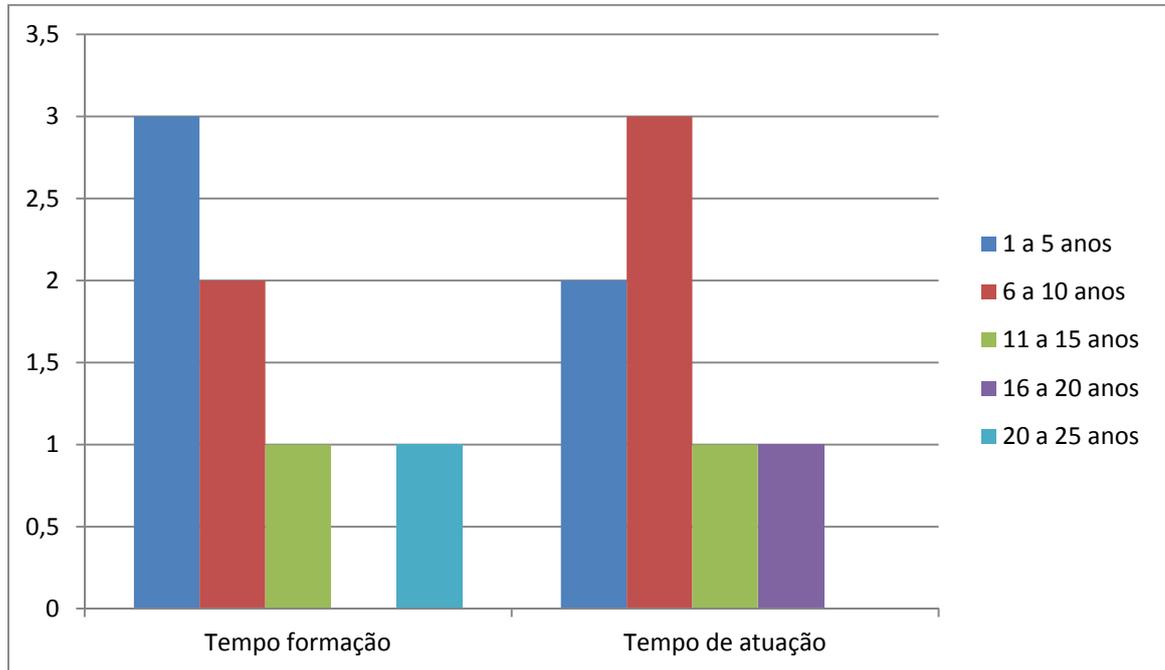
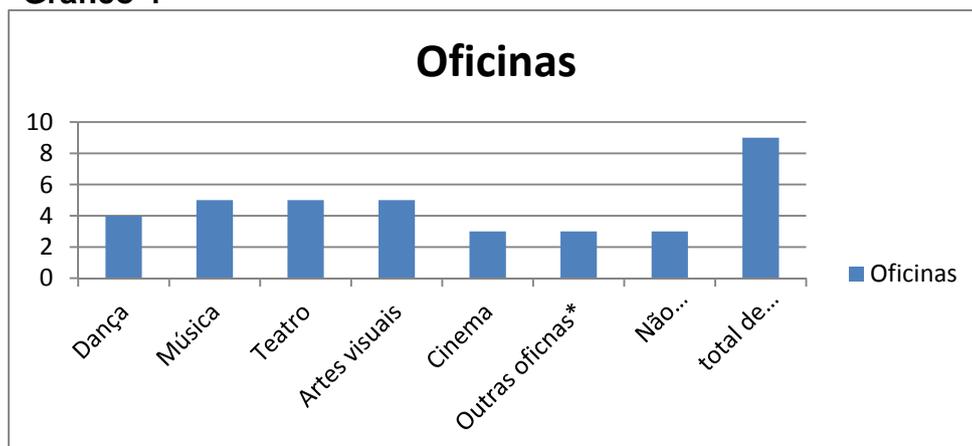


Gráfico 3



O gráfico a seguir mostra as oficinas que os núcleos dos arte-educadores participantes da pesquisa desenvolviam e nominamos como atividades³¹ artísticas³², pois na resposta ao questionário específico do(a) arte-educador(a) encontramos outras atividades que não são enquadradas como artísticas. Um exemplo é a *Oficina Quintal (meio ambiente)*, descrita em uma das respostas.

Gráfico 4



³¹ **Atividade** (latim *activitas*, *-atis*, significação ativa [do verbo]) s. f. Qualidade do que é ativo ≠ INATIVIDADE; Faculdade de exercer a ação; Exercício ou aplicação dessa capacidade (ex.: *atividade física*). Ocupação profissional. = PROFISSÃO (Dicionário Priberam on-line: <http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=atividade> acessado em 17 de agosto de 2011)

³² Podemos definir desta forma **Atividade Artística** como sendo: A aplicação da capacidade artística no fazer, no desenvolvimento da construção de um produto artístico através do abstrato ou do concreto, ou mesmo do pensamento criativo.

* Circo escola, oficinas de atividades lúdicas e contação de história.

Passando para a análise posterior aos dados quantitativos desenvolvemos as análises qualitativa.

Na mensuração do trabalho do(a) arte-educador(a) no núcleo e ao lermos as respostas percebemos que a maioria deles conseguiu desenvolver atividades inerentes a sua função, pois de seis questionários, cinco respostas foram positivas quanto falam que conseguiram desenvolver os conhecimentos adquiridos na sua formação específica. Porém os mesmos declararam que foi necessário contribuir na realização do serviço burocrático e desta maneira tais atividades sobrecarregaram o exercício pleno do profissional em Arte-Educação. Percebe-se a complexidade desta relação na declaração dos arte-educador(a):

“Consegui realizar algumas atividade mais relacionadas a minha profissão, porém a realidade exigia outras ações, muitas vezes me senti mais assistente social do que propriamente arte-educador(a)”.

“Quando entrei no programa em março de 2010, até que realizei algumas oficinas de Arte, porém na sequência já fui orientada a me dedicar mais ao burocrático”.

Todos os arte-educadores responderam que pelo menos uma ação pensada por eles não pode ser executada, e apontaram como os principais motivos pelo não desenvolvimento da ação: a falta de materiais, o trabalho burocrático excessivo, e a falta de interesse dos alunos participantes.

“As demandas cotidianas do trabalho acabam exigindo muita atenção às atividades burocráticas, de registro de dados, preenchimento de documentos”.

“(…) O fato de realizar atividades diversas ocorreu pelas demandas que a equipe recebia e as atividades pelas quais era necessário responder à SECJ (…)

“(…) Além da falta de materiais específicos para as ações, alguns materiais chegaram no final do programa (…)

“(…) Cada Arte-educador(a)a, de cada núcleo, criou as oficinas que eram mais ligadas à sua formação acadêmica. O que prejudicou o trabalho foi à falta de materiais”.

“(…) O município que eu trabalhava não realizou nenhuma licitação de materiais artísticos nem esportivos, os materiais que nós usávamos eram os que a SECJ mandava e nós tínhamos que adaptar as oficinas de acordo com o que dispúnhamos de material. Isso prejudicou muito a abertura de novas oficinas, o que acabou por comprometer um pouco nosso trabalho (…)

Tais materiais deveriam ser licitados conforme convênio firmado entre Estado e Município, também respeitando a lei de responsabilidade fiscal. Estes materiais deveriam ser entregues aos núcleos pelos municípios para o desenvolvimento das oficinas, porém nota-se nos relatos que não foi o que aconteceu em alguns núcleos do Programa.

A situação das licitações só se resolveu em alguns municípios ao término do período do contrato dos técnicos, o que impossibilitou a utilização deste material nas ações planejadas pela equipe. Desta forma o município utilizou a verba do Programa comprando o que os técnicos solicitaram, porém sem a orientação dos mesmos na utilização deste material.

O trabalho burocrático é citado como empecilho para o desenvolvimento das oficinas e também algumas dificuldades de entendimento com a equipe multidisciplinar:

“Várias coisas, não consigo enumerá-las, mas me senti bastante desmotivada devido a parte burocrática quantitativa que nos foi exigida como relatórios”.

“Desenvolvimento do direcionamento das atividades que compreendem ciclos de início, meio e fim, algumas tiveram todas etapas, muitas dificuldades extra operacional. Ações dificultadas, pela sobrecarga de tarefas, e muitas vezes questionamentos conflitantes pela equipe técnica, entre datas festivas e ações comemorativas priorizadas pelo programa”.

Outra situação que já era foco da nossa pesquisa e foi levantada pelos técnicos questionados é a valorização ou não do trabalho na área de Artes pelos outros técnicos do núcleo. Percebe-se nas respostas que tal trabalho não teve a valorização esperada, seis dos sete arte-educadores questionados relataram que em sua área não houve reconhecimento pelo trabalho efetuado.

O que se nota na análise das questões é que o trabalho de Artes não teve uma finalidade específica, mas sim, foi apenas um meio para aproximar e inserir as crianças e jovens nas ações do Programa.

Os relatos dos arte-educadores sobre esta questão foram expressivos em detalhes sobre o que os outros técnicos pensavam a respeito do trabalho de Artes:

“Não. Em nenhum momento percebi algum reconhecimento e valorização pela área de Artes, mesmo porque não se pode entender o que não se conhece. (...) A grande maioria ainda não tem conhecimento que a Arte acessa a condição humana de forma muito profunda. Isso é cultural no

Brasil. Se as pessoas tivessem a mínima noção disso, entenderia o quanto esse conhecimento oferece possibilidades de desenvolver ações muito consistentes. Em geral enxergam apenas a questão da técnica. Por esse viés da Arte fica complicado provocar mudanças significativas, é apenas um paliativo. O que produz mudanças vem do pensar artístico, desenvolver poéticas próprias que faça o “menino” refletir sobre si mesmo e se enxergar, e isso tem questões que caem na interdisciplinaridade. (...)”

Nesse relato, o(a) arte-educador(a) chama a atenção para o não entendimento da função da Arte na formação cultural e educacional em nosso país, e este não entendimento é refletido no momento das ações planejadas e desenvolvidas pela equipe dificultando o entendimento de valor no trabalho em Artes. No relato de outro(a) arte-educador(a) a pode-se perceber sua frustração quando descreve que técnicos de uma outra área do conhecimento (Psicologia), supervalorizavam a sua área em detrimento da demais:

“Não, principalmente por parte dos psicólogos que se acham donos do mundo”.

Outra questão a ser analisada é o entendimento equivocado das ações artísticas e sua relação em programas sociais com crianças e jovens. No apontamento deste(a) arte-educador(a) foi descrito a sua experiência de trabalhar com uma leitura equivocada por parte da equipe, a qual conciliou Arte com formação profissional, e atribuiu a oficina de manicure e customização ao eixo das Artes, descaracterizando a construção do conhecimento artístico:

“(...) No caso dos núcleos de atuação, outras prioridades inúmeras vezes, detinham um poder de decisão baseado na descaracterização da área artística. Como por exemplo, oficinas de manicure, que foram usufruto das técnicas, até observação feita em reunião, sobre; pré disposição para continuidade da indústria do consumo e futilidade feminina, em detrimento ao subestimado poder de ação daquelas jovens, no mercado profissional”.

“Educador é de alguém que faz atividades de entretenimento e recreação, e as atividades artísticas ficam no nível do artesanato. Aprofundamentos só são possíveis na teoria”.

Com base nestes relatos percebe-se que a não compreensão do trabalho em Artes, ou seu entendimento distorcido, pode ser considerado um dos motivos para a não valorização do trabalho realizado pela área de Artes.

O Programa Atitude dentro de sua estrutura possibilitou várias ações interdisciplinares, pois este foi um dos maiores objetivos de se ter uma equipe com

profissionais de diversas áreas, porém quando questionado isso aos arte-educadores, pode-se perceber que apenas um(a) arte-educador(a) realizou projeto interdisciplinar na área de Arte.

A visão dos arte-educadores sobre o trabalho interdisciplinar da equipe é que pouco foi feito. O objetivo na formulação da questão número oito era explorar este relacionamento e não apontar a existência de trabalho interdisciplinar no núcleo, mas se o(a) arte-educador(a) participava de planejamentos e ações interdisciplinares do núcleo.

Apenas três respostas foram afirmativas, quando perguntado sobre o trabalho interdisciplinar desenvolvido pela equipe:

“Sim, decisões ao direcionamento das atividades artísticas são frequentemente criadas pelo técnico em Arte-Educação e lançadas para a equipe, que acompanha, discute e decide sobre o melhor caminho, sempre visualizando os eixos do programa”.

“Realizei oficinas nas escolas municipais em parceria com uma das psicólogas (que era uma boa profissional) e uma oficina de comunicação em parceria com a mesma psicóloga e a professora de educação física”.

Pode-se notar que as ações das atividades interdisciplinares partiam de um técnico e o grupo discutia se era válido ou não, sendo que o procedimento seria discutir e planejar a ação por inteiro com a equipe.

Devido a não descrição detalhada do projeto, não se pode dizer se o trabalho era interdisciplinar ou pluridisciplinar, visto que o(a) arte-educador(a) disse que realizou oficinas em parceria com uma das psicólogas, porém não está claro como foi essa parceria, se elas realmente desenvolveram o projeto juntas desde a elaboração até a execução, ou se foi algo pontual em que a psicóloga apenas contribuía até certo ponto na oficina da Arte-educador(a).

Em outra resposta afirmativa quanto a existência do trabalho interdisciplinar em seu núcleo, o(a) arte-educador(a) relata:

“Procuramos trabalhar sempre pensando na interdisciplinaridade. Primeiro fazendo reuniões de planejamento, depois procurando realizar atividades onde as diferentes áreas atuavam. Por exemplo: nas aulas de teatro a psicóloga e a assistente social faziam intervenções, participando de seminários sobre temas por eles solicitados (gravidez na adolescência, drogas, etc...)”

Outras respostas foram afirmativas em relação a pergunta de número oito, porém não eram projetos interdisciplinares na área de Arte, e sim nas áreas de Meio Ambiente, Comunicação e Social, portanto não ligadas às Artes.

“Oficina Quintal é uma parceria do Programa Atitude e o Colégio Estadual Pedro Piekas, que oferece o curso Técnico em Meio Ambiente à comunidade, o professor que coordena o curso é biólogo e houve um planejamento sobre o roteiro e orientação das atividades, com base em uma adaptação do curso em uso e capacitação no programa, complementada em sala de aula”.

“Sim, a oficina de comunicação. Pretendia estimulá-los a expressão através de meios de comunicação em massa acessíveis”.

“Não diretamente. Planejei oficinas, horários que fossem adequados e, as meninas do psicossocial se encarregavam de encaminhar as crianças para as oficinas de interesse ou as que pareciam mais adequadas (...)”

Nas respostas negativas da questão, percebe-se que os núcleos desenvolveram várias atividades e em geral essas atividades aconteciam de forma isolada uma das outras.

“No meu núcleo nunca teve trabalho interdisciplinar, no máximo chega a pluridisciplinar. O que faço nessa linha envolve a assistente social e meus próprios esforços nas outras áreas, mas sem os técnicos. No início fiz um projeto em que um psicólogo participou, mas as ações se desenvolveram de forma pluridisciplinar”.

As ações e o trabalho dos técnicos acabavam na prática sendo elaboradas e executadas pelos profissionais, seguindo a normativa das suas atribuições dentro do Programa.

“Sim, no início foi com adolescentes, o projeto “*Biografias Invisíveis*”, e outro com as crianças “*Poéticas ingênuas*”. O primeiro que foi realizado no CEVM Colégio Estadual Vila Macedo e envolvia adolescentes selecionados pelo próprio diretor e pedagoga (...) Convidei um psicólogo do núcleo que acabava de ingressar no programa e íamos uma vez por semana ao colégio. Ele fazia dinâmicas relacionadas a identidade(...) Eu participava das dinâmicas, recurso que eu já utilizava antes do programa nas minhas aulas, mas o psicólogo não se interou das práticas por mim oferecidas. Questionava a questão da técnica, por ex: Porque eu não ensinava a eles a usarem o pincel (...)”

No relato do(a) técnico(a), os dois projetos (*Biografias Invisíveis* e *Poéticas ingênuas*) tiveram resultados positivos, pois foram atingidos os objetivos da proposta de ação planejada. Porém gerou um conflito com o psicólogo que acompanhou os

projetos, pois ele não compreendeu o caminho percorrido pelo(a) arte-educador(a) para chegar ao resultado final. Pode-se perceber pelo relato do(a) arte-educador(a) que o psicólogo prezava pela técnica artística em detrimento do caminho percorrido para se alcançar tais objetivos. Tal dificuldade de entendimento acarretou alguns entraves na relação da equipe.

Baseado no edital do concurso que contrata os técnicos, normatiza as funções de cada profissional e a função da equipe no território, procurou-se levantar o trabalho cotidiano do(a) arte-educador(a) a partir de uma descrição da rotina que os profissionais exerceram e se eles seguiram as normativas do Programa.

Segundo o edital número 062/2009 GRHS/SECJ, o eixo Práticas Formativas, Socializadoras e de Cidadania definia as seguintes funções ao Arte-educador(a): realizar e/ou acompanhar oficinas livres de esporte e Arte-Educação; oficinas de preparação para o mundo do trabalho; implantar Central de Aprendizagem; responsabilizar-se pelo acompanhamento dos “bolsistas-atitude” e estagiários do Programa Atitude que desenvolverão atividades em prol do território, em espaços como a escola aberta em finais de semana, centros da juventude e espaços de organização comunitária e religiosa.

Pode-se perceber esta rotina no relato de um(a) arte-educador(a):

“Além do já citado planejamento das atividades decididas conjuntamente com a equipe, há toda parte operacional das oficinas, contratação dos docentes, apresentação dos locais, e dos funcionários, separação e manutenção dos materiais e equipamentos utilizados nas oficinas, negociações na aplicação dos recursos com a prefeitura municipal, atualização dos números e cadastro do público participante, confecção de cartazes de divulgação, escuta dos jovens e de seus familiares, acolhida dos adolescentes e das crianças nos locais de realização (...)”

Juntamente com as atribuições da área de conhecimento a existência do trabalho burocrático como parte dos afazeres dos arte-educadores é um ponto o qual incomodou alguns profissionais desta forma este ponto é mencionado em várias respostas de diferentes questões:

“(...) São cobrados muitos trabalhos burocráticos e diversas reuniões. Procuro não me envolver muito. Essas atividades impedem o desenvolvimento das práticas. Os técnicos que passaram a assumir esses trabalhos deixaram de priorizar sua prática tão fundamental para o programa. Não valorizo as reuniões internas, não há consenso, as decisões já estão definidas antes das reuniões (...)”

Neste relato o(a) arte-educador(a) faz uma crítica aos trabalhos burocráticos que acabou por exigir dos técnicos um tempo dedicado a estes afazeres, inoportunizando outras ações descritas como atribuição daquele profissional no edital de contratação.

O(a) arte-educador(a) para desenvolver o seu trabalho cotidiano necessitou de condições específicas que proporcionasse o desempenho de sua função no seu núcleo de atuação.

As eleições municipais de 2008 acabaram gerando um problema inesperado para a equipe gestora do Programa Atitude que se deparou com uma troca de gestão municipal em alguns municípios que incorporaram o programa.

Alguns gestores municipais que haviam incorporado a idéia do programa e estavam prontos com suas equipes para receber o Atitude não estavam mais na posição de gestores, pois outro grupo político havia vencido a disputa eleitoral. Isso causou um entrave entre os profissionais do programa e a nova gestão municipal.

Em muitos casos esta nova gestão municipal não apoiava o Programa, conseqüentemente não cumpriam a parte do acordo firmado com o estado que deixava como incumbência do município a realização de licitações para a compra de materiais e contratações de oficineiros, acarretando problemas na execução das metas e ações do Programa.

Para uma execução condizente com a expectativa gerada pelo edital de contratação e as falas feitas na capacitação que a SECJ desenvolveu no início do programa era esperado por parte dos técnicos a contratação de oficineiros e compra dos materiais para realizar as oficinas estruturadas no plano de execução do programa. Porém os técnicos nas respostas apontam justamente como sendo uma das maiores falha a falta destes materiais e da contratação dos oficineiros, estes problemas estão interligados, visto que o Município era parceiro do Estado no Programa e ficou responsável em realizar as licitações para a contratação de oficineiros e compra dos materiais que seriam utilizados pelos núcleos nas oficinas do Programa.

“Em um dos bairros falta espaço físico e de um modo geral o que prejudicou muito nosso trabalho foi a falta de materiais para a realização das oficinas.”

“Faltou apoio municipal, foi o que prejudicou todo o programa na cidade.”

A questão autonomia do trabalho em Artes também foi citado como algo que faltou em alguns núcleos do Programa:

“Autonomia da área da Arte, o(a) arte-educador(a), não deveria ser visto, como um palhaço de circo (...)”

Neste relato o(a) técnico(a) de Arte-Educação comenta também o desvio de função que o profissional de Artes algumas vezes era obrigado a realizar:

“(...) afim de tapar buracos abertos por incompetências alheias, nem um burocrata que precise ganhar no cansaço uma queda de braço por dia (seriedade, ética das outras técnicas que levam o trabalho, muitas vezes, como cabides de emprego e passam as semanas criando conflitos internos e manipulando informação, afim de hierarquizar, e coordenar as ações prioritariamente).”

Entende-se que para a plena realização de um trabalho, são necessárias condições mínimas que atendam ao profissional e dê suporte para suas ações. Analisando os relatos, pode-se perceber que os(as) arte-educador(a) enfrentaram certas dificuldades que acabaram por influenciar na sua prática profissional junto ao Programa.

A questão de número 12 (doze) foi elaborada com o intuito de utilizar a experiência que os(as) arte-educador(a) adquiriram no Programa, somada a experiência de carreira possibilitando determinar alguns apontamentos relevantes a funcionalidade das Artes e da Arte-Educação em um programa social.

Todos os arte-educadores responderam e apontaram a importância do papel que a Arte-Educação teve no Programa Atitude.

“Acho fundamental em programas que tem o objetivo de mudanças profundas nas concepções cristalizadas. Através da Arte é possível desinstalar padrões, os tão falados sujeitos-sujeitados.(...)”

A resposta do(a) arte-educador(a) ressalta a importância do trabalho feito através da Arte na desconstrução de estigmas sociais, pois ao falar em sujeitos-sujeitados, o participante da pesquisa traz a tona a questão dos estereótipos sociais. Para o escritor e desenhista Fernando Rebouças o estigma social:

“(...) também surge nas relações de afirmação de identidade e nível social entre os indivíduos de uma sociedade. Na formação de identidade que uma pessoa expressa, inicia de maneira virtual, quando não conhecemos a

pessoa e a identificamo-na como esperamos e, depois se completa de forma real, quando conhecemos os atributos que a pessoa possui. O estigma social resulta da relação de atributos e identidades que uma pessoa possui e os **estereótipos sociais** cobrados e interpretados no meio em que ela vive. (...)” (REBOUÇAS, 2008³³).

Outros arte-educadores responderam que o papel da Arte-Educação num Programa como o Atitude é:

“Fantástico, desempenhar esse papel é uma realização enorme. Sem dúvida é um trabalho a principiar, um poder em aproximação e entendimento, com os habitantes das áreas dentro do território, oferecer caminhos no criar e conhecer para construir histórias.”

“De grande importância. Seja na abertura afetiva e profissional com a comunidade, seja como modo de construção de conhecimento.”

Os arte-educadores em suas respostas descrevem a relação que o seu trabalho pode oferecer junto a população criando vínculos e de forma prática conhecer a realidade do grupo social abordado.

“ESSENCIAL. As duas áreas, tanto artística quanto física, são essenciais em um programa como este.” (Caixa alta e grifo do(a) participante da pesquisa)

Este(a) arte-educador(a) aponta além da importância da Arte, também o papel da Educação Física no Programa Atitude.

Este apontamento é importante para perceber como os arte-educadores estavam se sentindo em relação a equipe, e cabe mencionar que o educador físico também atua junto a Educação que é uma grande área do conhecimento humano onde a Arte-Educação também está inserida. Dentro deste contexto a relação entre estes dois profissionais era similar.

Pode-se perceber uma defesa da área das Artes, o que demonstra que o profissional atuante na área está valorizando a importância que tem a Arte e as suas potencialidades junto ao trabalho social.

³³ Denominação: Info Escola, **Estigma e Identidade Social**. Domínio: <http://www.infoescola.com/sociologia/estigma-e-identidade-social/> Acesso em: 18 de junho de 2011 às 16h42min.

Um dos arte-educadores questionados cita que a Arte deveria ser a norteadora das ações do Programa:

“Penso que deveria ser a linha mestra, e as outras linhas serem auxiliaadoras. A Arte é transformadora em si, como prática, mas para isso ela tem que ser tratada com seriedade”.

Ao salientar que para as transformações ocorrerem a Arte deve ser tratada com seriedade, o(a) participante da pesquisa reforça o discurso da questão da valorização do trabalho das Artes em programas sociais e o respeito ao profissional da Arte-Educação.

O trabalho do(a) arte-educador(a) nos núcleos do Programa Atitude, permitia o desenvolvimento e a realização de ações envolvendo as crianças e os adolescentes na área de Artes. A respeito destas ações questionou-se o desenvolvimento e a possível realização das mesmas enquanto técnicos do Programa.

No relato a seguir a dificuldade no desenvolvimento das ações propostas pelo(a) arte-educador(a) chamou a atenção, pois devido a uma orientação da Coordenação Estadual do Programa Atitude de proibir a permanência de crianças e adolescentes no núcleo criou-se uma complicação em criar vínculo e manter a adesão dos participantes das oficinas:

“(…) no ano de 2010 com a mudança da coordenação fui chamada na SECJ e a nova coordenadora de Piraquara me passou que os técnicos não queriam as crianças no núcleo. (...) Isso ficou muito constrangedor, no mínimo discutido no núcleo entre a equipe. Eu entendia que o programa era para crianças e jovens, mas me parece que é para os técnicos”.

Outros técnicos também relataram a dificuldade de conseguir adesão e aumento do número de participantes das oficinas, visto que a expectativa em relação à quantidade de participantes não foi atingida:

“Gostaria muito de ter formado grupos maiores de teatro, hip hop, percussão e capoeira. A média de alunos nessas oficinas era pequena: de 6 a 10 alunos, o que me deixou frustrada, pois pensávamos na média de 30 alunos por oficina”.

Outro(a) arte-educador(a) comenta que:

“É frustrante a falta de comprometimento dos adolescentes nas atividades propostas”.

A questão da falta de comprometimento nas oficinas e atividades propostas não deixa de ser uma frustração, porém é também um tema que poderia ser discutido entre os técnicos que pensariam em ações neste sentido, visando desenvolver noções de respeito e responsabilidade junto aos adolescentes atendidos pelo Programa.

Diante dos relatos, observa-se que as dificuldades foram variadas, sendo que algumas inviabilizaram a execução das ações planejadas; outras foram desenvolvidas de forma não esperada no planejamento inicial. Percebe-se que em alguns casos o trabalho dos arte-educadores foi prejudicado, mas não paralisado, e mesmo com as dificuldades, as ações foram sendo executadas de acordo com suas possibilidades de desenvolvimento.

Para que certos conflitos e problemas fossem trabalhados da melhor forma, que os técnicos de todas as áreas conseguissem desenvolver ações conjuntas nos territórios, que o Programa efetivamente tivesse um espaço de reflexão dando a oportunidade aos técnicos de discutir os temas ligados a infância e juventude a coordenação do Programa elaborou juntamente com a carga horária de trabalho a participação de todos os profissionais em um curso de especialização³⁴.

Teve em nossa pesquisa três arte-educadores que não responderam a pergunta sobre o curso de especialização, o que se supõe que eles não fizeram ou não concluíram os módulos do curso.

A pergunta número 14 (quatorze) feita aos arte-educadores se divide em duas questões para discussão: em que a pós-graduação ajudou na visão do(a) arte-educador(a) perante a equipe e em que a pós-graduação ajudou em relação ao Programa.

Em relação à primeira questão, pôde-se analisar que apenas um(a) arte-educador(a) a responde segundo o que realmente foi perguntado. Nas outras respostas nenhum outro(a) arte-educador(a) falou especificamente da relação da ajuda da especialização na construção de um olhar crítico acerca da equipe multidisciplinar.

³⁴ Edital número 002/2008 GRHS/SECJ: 2.6. A carga horária será de 30 horas semanais para todas as funções, na forma da legislação vigente, podendo ser desempenhada no período noturno, sábados, domingos e feriados, sendo parte desta carga horária destinada ao plano de formação continuada. 2.7. A participação do contratado nas atividades do plano de formação continuada é de caráter obrigatório. As atividades de formação consistirão de cursos, palestras, capacitações e demais eventos, com destaque para o Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas para a Infância e Juventude (Anexo IV deste Edital). Disponível em: <http://www.pciconcursos.com.br/concurso/programa-atitude-pr-184-vagas>. Acesso em 08/06/2011.

Um(a) arte-educador(a) comenta que:

“(...) Para minha prática foi muito importante, foi tão grande a resistência dos colegas com minhas idéias que eu já estava em dúvida sobre o que eu tinha aprendido até então e os professores da pós vieram validar tudo o que eu pensava. (...) Se não fossem eles eu teria desistido do programa”.

Para este(a) arte-educador(a), a pós-graduação foi importante na ajuda perante a equipe, pois neste relato percebe-se que nas discussões entre a equipe de técnicos, as idéias do(a) arte-educador(a) não eram compreendidas a tal ponto do próprio arte-educador(a) achar que estava seguindo por um caminho contrário ao do Programa.

Nos relatos, várias situações foram citadas pelos participantes da pesquisa e um comentário recorrente foi o curso ter começado após um ano de existência do Programa para os municípios da região metropolitana de Curitiba. Alguns arte-educadores acharam que seria melhor se a especialização tivesse começado no início do Programa para capacitá-los melhor quanto ao trabalho a ser desenvolvido nos territórios que o Programa Atitude atuava:

“Como minha área não é social, foi muito importante o embasamento teórico que a pós me deu. Se tivéssemos começado a pós no início do programa os resultados teriam sido melhores e menos “sofrido”.

“Gostei muito da pós. Ouvi muitas pessoas reclamando, mas acredito que contribuiu muito. (...) Acho que foi um erro muito grande o curso começar um ano depois das atividades. Se houvesse acontecido desde o início, as dificuldades sobre essa questão interdisciplinar talvez fossem minoradas.(...)”

Também relataram as contribuições que o curso ofereceu no desenvolvimento diário do seu trabalho junto às crianças e adolescentes participantes do Programa, na relação de troca de experiências com as outras equipes (todas as equipes se encontravam no curso), e também na ajuda de idéias para realização da monografia:

“Total, tudo o que foi discutido e apresentado nos encontros, permanece pertinente ao universo do programa, assimilado para análise na monografia. Nota 10”.

“A especialização ajudou em tudo: com relação aos conhecimentos com os quais não tinha contato e aprendi; com as angústias compartilhadas com as outras equipes, de Cambé e Londrina com a proposição de idéias para o

trabalho desempenhado nos núcleos; para o reconhecimento e crítica das funções desempenhadas”.

Percebe-se que o curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas para Infância e Juventude foi, segundo os participantes da pesquisa, um grande auxiliador na compreensão e reflexão da prática do trabalho diário de cada profissional, sendo uma experiência positiva que o Programa Atitude proporcionou na qualificação e valorização dos seus técnicos contratados.

A reflexão sobre a expectativa dos arte-educadores em relação ao Programa, expectativa essa que foi criada pelo edital do concurso e por falas no curso de capacitação gerado e ministrado pela SECJ. A qual fez com que os técnicos acreditassem que teriam o apoio necessário tanto da Coordenação Estadual como da Municipal:

“Que ele fosse tudo ou pelo menos quase tudo que estava no papel”.

“Depois da nossa capacitação em Curitiba esperava algo “maravilhoso”: instalações perfeitas, material à vontade, apoio da rede de serviços, oficinas à vontade, etc, etc, etc”.

Fica notória a frustração de todos os técnicos da equipe que participaram da pesquisa ao se depararem com as dificuldades que não eram esperadas por conta do entrave de gestões. Pois o anseio de desenvolver o trabalho segundo as falas na capacitação é explícito nas respostas.

Observa-se também que em algumas respostas os técnicos não recordam o que eles mesmos esperavam do Programa e sim o que a capacitação lhes prometeu:

“Não sei responder ao certo. Lembro-me que estava ansioso para fazer muitas coisas, oficinas elaboradas, inovadoras em certos aspectos[...] Mas tínhamos, todos, muitas expectativas pois, o que ouvimos durante o treinamento em Curitiba parecia que tudo ia acontecer rápido e fácil, até esbarrarmos nas dificuldades de gestão com relação ao município, licitações intermináveis[...] não projetei resultados. Como tudo era novo, projetei ações”

O comentário - *projetei ações* - revela um planejamento pessoal em relação ao trabalho a ser desenvolvido no núcleo, o que pode ser considerado uma expectativa maior em relação ao próprio trabalho, do que em relação ao que seria oportunizado pelo Programa durante o trabalho em campo.

Outra resposta aponta no sentido de uma cobrança pessoal em detrimento do que o Programa poderia ofertar:

“Não tinha muita clareza do que seria, não esperava do programa, esperava de mim. E tenho a impressão que fui eu quem não se adequou a ele”.

Outro(a) arte-educador(a) comenta acerca da questão, sobre como deveria ser o Programa. Segundo a sua percepção após ter vivenciado o trabalho diário, e não respondendo o que ele imaginava antes de iniciar os trabalhos. Nota-se em sua fala um discurso de como deveriam ser as relações entre os técnicos e as ações deles dentro do território de atuação:

“Um espaço pelo qual o desenvolvimento das atividades tenham a adaptação e o enriquecimento útil da cultura local, em parceria com os participantes das ações. E que a democratização e horizontalidade, precisavam ser conquistadas internamente, frente a imposição das linhas de raciocínio das profissionais de várias áreas da equipe”.

Em outra resposta do questionário foi possível perceber que o(a) arte-educador(a) esperava colocar em prática sua formação acadêmica na área interdisciplinar, podendo também seguir o edital e as orientações do curso de capacitação:

“Esperava por em prática minha formação interdisciplinar entre Arte e Psicanálise que desenvolvi na UnB em Brasília.(...) Eu achava que estava com os psicólogos com quem eu estudava que iam acontecer coisas extremamente de vanguarda. Não tinha tido experiência ainda com a serviço social nem com educador físico. Surpreendi-me com a impossibilidade de entendimento. A interdisciplinaridade exige no mínimo um conhecimento básico da outra área senão fica impossível. (...)”

Com este relato percebe-se que além das frustrações geradas pelas gestões municipais, na visão dos arte-educadores, a própria diretriz de trabalho não foi interpretada corretamente pelos profissionais que compuseram a equipe de técnicos do Programa Atitude.

Os participantes da pesquisa manifestaram a intenção de conhecer o trabalho multidisciplinar realizado por outros arte-educadores, também a relação do papel da Arte-Educação em programas sociais e uma avaliação geral do trabalho realizado pelos colegas:

“O que vocês conhecem de psicologia ou psicanálise, serviço social e educação física para uma ação interdisciplinar? Vocês acreditam que é possível uma ação interdisciplinar quando não se conhece o mínimo dos pressupostos teóricos da outra área?”

Falo de psicanálise porque ela não exige um logotipo, diferente da psicologia, e acho mais adequado por trabalhar com o inconsciente, especialmente quando queremos tratar de coisas que procuram ficar super camufladas. Se quisermos colocar os meninos no logotipo vigente fica difícil alcançar uma transformação. Ela fica superficial e ao tentarmos colocar o menino num modelo que não é o dele, são as tais relações de poder, não trabalhando o auto-conhecimento, auto-estima, ele não consegue se libertar do desejo de ter o último celular e com a mídia dizendo que você não tem valor se não tiver essas coisas ele acaba indo pro crack ou qualquer coisa que tire a barriga da miséria e da falta de valor que introjetam nele”.

Nesta resposta o(a) arte-educador(a) direciona seu olhar quanto a experiência dos técnicos em relação às outras áreas do conhecimento envolvidas no trabalho multidisciplinar do Programa Atitude, questionando se é possível realizar um trabalho interdisciplinar quando não se conhece o papel das outras áreas envolvidas em um programa de cunho social. E o que cada profissional pode desenvolver utilizando-se dos seus conhecimentos para mudar a realidade vigente, criada para uma sociedade de consumo e reproduzida nos territórios em que o Atitude atuou.

Ao formular suas questões o(a) arte-educador(a) contempla assuntos os quais poderiam ser remetidos aos outros técnicos e a coordenação do Programa, trazendo uma reflexão sobre a execução do mesmo, tendo em vista a amplitude do conteúdo que estas questões abordam.

Sobre Arte-Educação um(a) outro(a) participante da pesquisa relata que:

“No futuro, a Arte-Educação encabeçará um programa de políticas públicas, podendo ser mais extenso (3/4 anos) e ter por missão, conseguir uma participação poderosa (qualitativa/quantitativa) no território, você participaria novamente?”

O(a) participante da pesquisa traz a tona um anseio da classe artística brasileira que se estende a alguns anos, como a formulação de uma política pública para Arte que não seja confundida com Cultura, ou entretenimento e seja respeitada pela sua finalidade. Ele(a) enfatiza o papel que a Arte-Educação poderá desempenhar futuramente em programas sociais.

Na reflexão feita por ele(a) observa-se que existe uma inquietação quanto às ações realizadas no Programa, e se estas ações foram válidas. Desta forma ele(a)

questiona se os técnicos que trabalharam no Programa Atitude participariam novamente de um programa social nesses moldes.

Outro técnico questiona sobre as realizações do Programa:

“Quais foram às sementes plantadas pelo Programa Atitude?”

Muitas realizações foram obtidas pelos técnicos durante os dois anos do Programa Atitude, o(a) arte-educador(a) questiona quais destas realizações - *sementes plantadas* - poderão futuramente se tornar reais.

Outro(a) participante da pesquisa remete a uma reflexão acerca do trabalho do(a) arte-educador(a) realizado no Programa. Se o trabalho foi uma experiência positiva ou negativa na vida profissional dos técnicos de Arte envolvidos:

“Para você, valeu a pena trabalhar no Programa Atitude? Por quê?”

Todas as perguntas levantadas pelos arte-educadores(a) colaboram para uma reflexão acerca do trabalho destes técnicos e do resultado final obtido pelo Programa. Esta análise remete a uma experiência profissional vivida e seus desafios e expectativas quanto ao papel da Arte-Educação em programas sociais.

Nota-se um discurso recorrente na fala dos arte-educadores de que a área de Arte deveria ser mais valorizada, e ter uma finalidade específica dentro de um programa social e não ser considerada apenas chamariz, entretenimento ou recreação com objetivo de servir a outras áreas do conhecimento.

3.2.2 Análise dos questionários dos técnicos

Na questão número um os técnicos do Programa deveriam descrever a sua opinião sobre cada um dos profissionais que atuavam na equipe multidisciplinar do Programa Atitude, porém, nenhum dos doze descreveu o que pensava acerca da presença de cada um dos técnicos. As respostas foram comentando sobre o coletivo, ou seja, de toda a equipe que atuava no núcleo.

Todos os técnicos valorizaram a presença dos profissionais das cinco áreas envolvidas, considerando importante o trabalho de todos, e algumas particularidades foram citadas em cada resposta.

Um(a) participante da pesquisa escreveu “(...) muitos técnicos ficaram meio perdidos entre suas funções”, e talvez esse desconhecimento possa ter afetado o trabalho realizado pela equipe. Outro apontamento relata que “(...) cada um tem o seu conhecimento específico, a sua particularidade, e trabalhando com um objetivo comum a soma pode ser positiva”, desta forma pode-se notar a importância de um planejamento comum onde os profissionais possam atuar de maneira conjunta. Ainda sobre o trabalho da equipe multidisciplinar, uma resposta aponta que:

“(...) A questão mais importante além de somente existirem diferentes profissionais, é poderem trabalhar a partir de suas diversificadas visões com objetivos comuns, contribuindo à sua maneira, mas tendo um norte de trabalho compartilhado por todos, e não como um "Frank Stein", cada um fazendo o seu trabalho e pronto. (...)”.

Outros técnicos responderam de forma similar como as citações anteriores, demonstrando que as funções específicas e comuns dos técnicos não ficaram definidas, o que obrigou os técnicos a discutirem em seus núcleos e resolverem tal questão, como relata este técnico:

“A proposta da equipe multidisciplinar, ou interdisciplinar foi muito boa. Mas o trabalho acontecer é que foi o problema, e também as atribuições das funções de cada técnico, acredito que deveria ter sido descritas as funções de cada técnico com mais clareza. No início do programa perdemos muito tempo discutindo sobre a função de cada um, as ações a serem feitas. No caso do meu núcleo depois de muitas discussões e reuniões, conseguimos traçar objetivos e ter com clareza a função de cada um. Com isso todos faziam de tudo um pouco, psicólogos viraram professores, Arte-educador(a) e educador físico realizavam cadastros, visitas, enfim tudo acontecendo com todos realizando trabalhos juntos e até oficinas onde todos colaboravam com idéias de sua área. (...)”

Uma grande dúvida para os próprios técnicos era: quais motivos levaram a SECJ na elaboração do projeto determinar que nas equipes que estariam atuando nos territórios deveria em sua formação ter dois profissionais da área da psicologia por núcleo?

“(...) Uma coisa que sempre me perguntei foi o porquê de dois psicólogos e um das demais áreas, acredito que foram escolhidas as áreas de acordo com pesquisas feitas anteriormente, sabendo que cada um tem como contribuir na área social, mas acredito que os psicólogos são os que menos tem para contribuir, eram os que estavam mais perdidos no início, e passaram a ser professores e não atuaram muito na área”.

A Coordenação do Programa Atitude justifica o motivo da equipe ter dois psicólogos dizendo:

“(…) Entretanto, existe, dentro da Psicologia, especialmente na Psicologia Social, um histórico acumulado de conhecimentos e pesquisas que subsidiam a compreensão e a intervenção nesses fenômenos de grupos/formação de identidades. Além disso, havia a hipótese de que as equipes poderiam se deparar com casos de violência/abuso e drogadição em que se fizesse necessário uma acolhida/escuta mais especializada (…)³⁵”.

Alguns participantes da pesquisa conseguiram ter objetividade na resposta da questão e não desviaram para os anseios pessoais. O(a) participante da pesquisa consegue sintetizar sua visão relatando o papel que os técnicos desempenhavam em seu núcleo:

“(…) Aos psicólogos cabia a função de atender as crianças e adolescentes, principalmente nos eixos de drogadição e violência, bem como as famílias destes. O assistente social no atendimento as famílias com dificuldades de estruturação, buscando conhecê-las e realizando o cadastro social. Os Arte-educador(a) e os educadores físicos cabiam quase uma mesma função, de aglutinar participantes no programa e buscar uma aproximação através de atividades e eventos. Não to dizendo que era isso que acontecia, mas acho que essa era a proposta do programa”.

Ao final de seu relato, ele supõe que seriam essas as propostas do Programa, o que demonstra um não entendimento das atribuições de cada técnico.

Em outro relato, o técnico descreve que “Além do que foi determinado no projeto, não pensei”. Ele não fez uma reflexão sobre o papel de cada profissional como pedia a questão, apenas o que foi especificado para cada técnico desempenhar no projeto do Programa.

Outra resposta remete a um olhar diferenciado que cada profissional tem, devido suas diversas formações.

“(…) pode-se ter um olhar mais completo sobre a família, a criança/adolescente. Assim no conjunto, pode-se buscar uma solução mais apropriada para cada realidade”.

“(…) Em minha opinião, acredito que a presença destes profissionais foi uma experiência positiva, pois cada um contribui com o seu conhecimento específico para realizar um trabalho em equipe”.

³⁵ E-mail recebido no dia 22 de agosto de 2011 de Aline Pedrosa Fioravante relatando o motivo em suas palavras. Este e-mail pode ser conferido na íntegra no Anexo 4.

Outro(a) técnico(a) relata que as vantagens que uma equipe multidisciplinar pode ter na atuação do núcleo, devido às demandas serem as mais variadas:

“(…) Com uma equipe multidisciplinar as possibilidades de atuação se multiplicam, cada área contribui de uma forma, dando uma visão complementar para cada caso e situação trabalhada”.

Uma dificuldade aparente nas respostas foi a distinção que deveria ser criada por parte dos profissionais ao imprimirem suas colocações, pois o que fica latente é uma visão influenciada pelos fatores da execução.

O(a) arte-educador(a) foi um profissional que somou força as ações em comum da equipe multidisciplinar do Programa Atitude, e pode contribuir também com ações específicas de sua área.

As contribuições dos arte-educadores foram apontadas pelos técnicos como descritas no edital de contratação: coordenar e ministrar as oficinas de Artes, supervisionar os estagiários e os bolsistas que ministram oficinas de Arte, participar da reunião dos técnicos e ajudar no trabalho burocrático da equipe:

“Além de participar de todas as funções que os outros profissionais executam fora de sua área específica, como elaboração de relatórios, planejamentos, indicadores, discussão de casos, participações em algumas reuniões, também executar oficinas e/ou coordená-las e atuar de forma interdisciplinar com os outros técnicos”.

“Acredito que realizar oficinas, coordenar os bolsistas, participar de reuniões, discussão de estudo de caso. Mas o foco seria oficinas e supervisionar seus estagiários e bolsistas”.

“Coordenação e execução de oficinas e ações na área de sua formação”.

Outras respostas relatam que o(a) arte-educador(a) contribui para a formação de vínculos com as crianças e jovens, participantes do Programa, através das oficinas de Artes realizadas. Esta ação de desenvolver vínculos com os participantes é juntamente com o educador físico uma das ações as quais a Secretaria de Estado da Criança e Juventude (SECJ) apostou mais. Pois no edital é clara a intenção do Estado ao colocar o(a) arte-educador(a) e o educador físico como membros de uma equipe multidisciplinar para trazerem participantes ao Programa.

“Acredito que uma das principais contribuições do(a) arte-educador(a) seria a formação dos vínculos iniciais com as crianças/jovens por meio de atividades diferenciadas que oportunizassem um espaço de reflexões e aprendizado para os mesmos. Dessa forma, a partir destas intervenções os demais técnicos poderiam junto com o(a) arte-educador(a), aprofundar o trabalho realizado com as crianças/jovens, criando assim um espaço diferenciado de acolhimento e reflexão”.

Abordando o tema das definições e entendimentos os quais já discutimos no capítulo 3.2.1, pode-se observar no relato do(a) técnico(a) a mesma incoerência apresentada no edital de contratação dos arte-educadores. Pois quando ele(a) cita que os conhecimentos e a experiência do(a) arte-educador(a) aliado as oficinas que realizou serviram como “atrativo” na busca por participantes do Programa, pode-se perceber o entendimento dos demais profissionais sobre a área:

“Penso que o(a) arte-educador(a) com seu conhecimento, agrega algo **atrativo** principalmente para as comunidades periféricas, esquecidas do poder público, aliado ao seu conhecimento pedagógico e experiência na educação fortalecem o trabalho proposto pelo Programa Atitude”. (grifo nosso)

Outro equívoco seria delegar ao profissional de Arte uma demanda direta, pois desenvolver auto-estima, fortalecer raízes, criar vínculos podem ser atitudes das pessoas envolvidas nas ações artísticas, mas não uma finalidade da Arte-Educação. Um ponto positivo foi o relato do(a) técnico(a) de que o(a) arte-educador(a) contribuiu na criação e estabelecimento de parcerias e projetos culturais no território de atuação do Programa, sendo estas ações periféricas:

“O(a) arte-educador(a) pode contribuir coordenando oficinas, observando os participantes do programa (demandas, violências), criando espaços para fortalecer o vínculo comunidade/programa, estabelecendo parcerias/projetos culturais que **fortaleçam as raízes de cada ser humano pertencentes ao território em questão fortalecendo sua auto estima individual e coletiva**”. (grifo nosso)

Uma resposta descreve a contribuição do técnico em Artes, voltada à prática da Arte-Educação em programas sociais:

“(…) acredito que o(a) arte-educador(a) viabiliza formas de expressão, criação, comunicação para esse público do programa, juntamente tenta desenvolver nele o interesse pela Arte, pela música, tenta instigá-lo a buscar ou dar sentido através de seus instrumentos. Isso tudo pode estar em acordo com os objetivos do Programa uma vez que essa atuação pode ser meio para se trabalhar temas de violência, drogadição e outros”.

Este(a) técnico(a) ao responder, chama a atenção para uma contribuição do(a) arte-educador(a) nas discussões de casos³⁶ feitas pelos técnicos dos núcleos do Atitude. Essas reuniões de discussões de casos poderiam ser internas, ou seja, apenas entre os técnicos do programa, ou externas em parceria com os técnicos do CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) ou nas reuniões da Rede de Proteção a criança e ao adolescente. Geralmente nessas discussões de casos tanto internas quanto externas participavam apenas os psicólogos e o assistente social, não sendo o(a) arte-educador(a) convidado a participar. Também neste momento o(a) arte-educador(a) poderia dar uma grande contribuição por trabalhar direto com a população, como relata o(a) participante da pesquisa:

“Não só aplicar atividade de Artes, mas opinar sobre a realidade de cada criança e adolescente no momento da discussão de casos ou nas dificuldades encontradas por eles, pois claramente era quem tinha o contato mais próximo com eles. Trazer elementos, frases, palavras, vivências para discussão”.

Outras respostas citam que o(a) arte-educador(a) poderia colaborar no incentivo e desenvolvimento da criatividade e da prática artística, de forma a contribuir com as propostas do trabalho social que o Programa Atitude tinha por objetivo realizar:

“Penso que o(a) arte-educador(a), seria o profissional que poderia trabalhar a dimensão criativa, proporcionar aos atendidos a oportunidade de ver a vida de forma diferenciada”.

“Me parece que o(a) arte-educador(a) poderia contribuir com os pressupostos teóricos e práticos da Arte para o enriquecimento das propostas de trabalho”.

Percebe-se a gama de contribuições que segundo a opinião dos outros técnicos participantes do Programa, o(a) arte-educador(a) estaria apto a realizar para desenvolver e fortalecer as ações do Atitude nos território em que o Programa atuava. Porém eles deixam ao entender que o profissional em Arte contribuiu pouco

³⁶ Discussão de Caso: era realizada pela equipe uma reunião onde os técnicos falavam sobre um participante específico o qual estava apresentando, ou demonstrava que estava com algum problema ou dificuldade. E desta forma os técnicos com o conhecimento dos fatos, e principalmente sabendo como este participante e membros de sua família se relacionavam nas oficinas e atividades do Programa. Pois desta maneira seria possível determinar através da visão de todos os técnicos uma alternativa para o problema.

por não estar inserido na equipe, mas este fato é diretamente ligado a centralização das ações que os assistentes sociais e psicólogos tiveram.

A Arte é cultura. É fruto de sujeitos que expressam sua visão de mundo, visão esta que está atrelada a concepções, princípios, espaços, tempos, vivências. O contato com a Arte de diversos períodos históricos e de outros lugares e regiões amplia a visão de mundo, enriquece o repertório estético, favorece a criação de vínculos com realidades diversas e assim propicia uma cultura de tolerância, de valorização da diversidade, de respeito mútuo, podendo contribuir para uma cultura de paz. O conhecimento da Arte produzida em sua própria cultura permite ao sujeito conhecer-se a si mesmo, percebendo-se como ser histórico que mantém conexões com o passado, que é capaz de intervir modificando o futuro, que toma consciência de suas concepções e idéias, podendo escolher criticamente seus princípios, superar preconceitos e agir socialmente para transformar a sociedade da qual faz parte. (<http://www.overmundo.com.br/overblog/arte-educacao-para-que-razoes-para-ensinar-arte>) acessado 06/07/11 Selma Moura – São Paulo (12/04/08)

Pode-se notar nestes relatos por inúmeras vezes que os profissionais não entenderam a função do(a) arte-educador(a), pois nossa sociedade não compreende a função da Arte em nossas vidas. São louváveis os discursos onde colocam a Arte com a importância de desenvolver a criatividade, desenvolver produtos belos e auxiliar no aprendizado. Porém não é esse o objetivo maior de se fazer, estudar e observar Arte.

O(a) arte-educador(a) enquanto membro da equipe multidisciplinar do Programa Atitude realizou ações que envolveram crianças e adolescentes com propostas artísticas seguindo suas atribuições no Programa. Buscando a interação, integração e a efetivação dos direitos da criança e do adolescente junto a família, escola e sociedade e a superação da violência em seu território de atuação. Foi questionado aos outros técnicos participantes do Programa, o que eles esperavam do(a) arte-educador(a) enquanto membro da equipe multidisciplinar.

A maior parte das respostas dos técnicos aponta para que o(a) arte-educador(a) trabalhe de forma conjunta e seguindo os objetivos e ações traçadas pela equipe multidisciplinar em cada núcleo do Programa Atitude:

“(...) que o trabalho dele deve estar em consonância com os objetivos da equipe, isto é, que mesmo sendo específico dessa área ele faça parte de um trabalho comum, que não ignore o trabalho alheio”.

O poder criativo do(a) arte-educador(a) era esperado pelos técnicos para colaborar com o trabalho em conjunto das ações na equipe.

“Que com seu conhecimento fortaleça a equipe no sentido de trabalhar em prol do mesmo objetivo, na superação da violência, e que a sua criatividade seja o diferencial entre os outros integrantes da equipe”.

A questão da criatividade foi um comentário recorrente, visto que em varias respostas, foi apontada a criatividade como uma qualidade inerente aos arte-educadores.

Pode-se supor que para os técnicos participantes da pesquisa a Arte e a criatividade estão interligadas, talvez devido a uma experiência escolar anterior, visto que por muitos anos a aula de Educação Artística era vista apenas como um espaço para extravasar e desenvolver sua criatividade com desenhos livres.

A criatividade é um processo que faz alguém sensível aos problemas, deficiências e hiatos existentes nos conhecimentos, levando-o a identificar dificuldades, procurar soluções, fazer especulações ou formular hipóteses, testar e retestar essas hipóteses, modificando-as, certamente, e, numa etapa final, a comunicar os resultados obtidos. (CUNHA, 1977 p. 27)

Tal visão se estende aos arte-educadores como uma pessoa com a criatividade bem desenvolvida devido sua experiência com as Artes.

As ações do(a) arte-educador(a) na visão dos técnicos deve ser discutidas com a equipe antes da execução.

“Que de idéias e ajude a equipe a traçar metas e objetivos e trabalhe de forma conjunta, discutindo com todos os técnicos antes de realizar alguma ação”.

A independência que cada profissional tinha para realizar seu trabalho também foi um ponto pouco esclarecido pela coordenação do Programa, o que acabou por gerar algumas discussões em cada núcleo de atuação. No comentário do(a) técnico(a), ele(a) relata que seria importante a discussão junto à equipe de qualquer ação pensada, antes de ocorrer à execução da mesma.

Outro(a) técnico(a) esperava que o(a) arte-educador(a) realizasse atividades que não se restringisse apenas a área artística, mas sim que tangenciassem outras áreas envolvidas no trabalho social:

“Um profissional responsável, propositivo, que contribua para os objetivos comuns da equipe, que entenda sua importância no desenvolvimento das

atividades comunitárias, sem se prender em sua área específica apenas, observando que ele faz parte de um trabalho todo, podendo em alguns casos realizar trabalhos e ações que permeiem áreas como o social e o psicológico”.

Sobre esta questão do(a) arte-educador(a) se ater ou não a sua área específica, outra colocação vem relatar um pensamento divergente em relação à resposta anterior.

“Espero o que eles já realizam, coordenação e execução de oficinas e ações na área de sua formação”.

O que demonstra uma diferença de pensamento entre os técnicos na questão do que esperar das ações do(a) arte-educador(a) enquanto membro da equipe multidisciplinar. Tal divergência de pensamento sobre estas ações pode ser uma consequência do não entendimento das reais atribuições deste profissional que estão descritas no edital de contratação junto a equipe multidisciplinar, ou ainda da compreensão que possuem sobre o trabalho social.

A não valorização do(a) arte-educador(a) pelos outros técnicos é outra questão que foi abordada nos questionários.

“Que ele tenha esse papel, mas para que ele possa ter esse papel ele tem que ter espaço dentro da equipe, o que muitas vezes não é valorizado, pela maioria dos técnicos do programa”.

Este assunto entra em consonância com as respostas do questionário aplicado aos arte-educadores. Tal desvalorização do profissional que atua com Arte, pode ser um reflexo e reprodução do que já acontece no ambiente escolar com o professor de Arte

“E a Arte? Para que serve a Arte nos currículos escolares? Aparentemente, para alguns alunos e professores, pode parecer que essa disciplina não contribui, em nada, para suas vidas ou que serve apenas para momentos de lazer e descontração”. (CORRÊA. 2007, p. 111)

Um(a) técnico(a) aponta que tudo o que esperava do(a) arte-educador(a) foi alcançado:

“Acho que no Atitude o eixo das Artes, foi além de nossas expectativas”.

Em outro relato é citada a presença do(a) arte-educador(a) no auxílio à aproximação das crianças e jovens e contribuições nas formas de intervenção:

“Esperava que a presença do Arte-educador(a) trouxesse novas formas de aproximação/intervenção junto ao público do programa, com uma linguagem diferenciada que a Arte possibilita”.

Sobre o desenvolvimento da equipe foi feito um apontamento onde se espera do(a) arte-educador(a) uma postura profissional a qual ele possa integrar os diferentes técnicos:

“Que tenha uma visão que possa articular o saber de sua formação com as demais profissões que constituem a equipe”.

Nesta resposta não se percebe uma atribuição específica do trabalho do(a) arte-educador(a), pois a questão da articulação do saber de cada formação pode ser estendida a qualquer outro técnico do Programa e não ser esperada apenas nas ações do(a) arte-educador(a).

Todos os apontamentos referentes à atuação do técnico em Arte-Educação são importantes para identificar as expectativas e frustrações criadas em torno do trabalho dele.

As respostas são subjetivas e remetem à visão que cada técnico tinha do trabalho do(a) arte-educador(a) e está intimamente ligada com o que eles pensavam, pois a expectativa criada com a área artística é relacionada à experiência vivenciada durante o trabalho executado nos núcleos.

Os técnicos comentaram sua experiência com a área de Artes dentro da sua equipe de atuação e a maioria das respostas apontaram para uma experiência satisfatória. Porém essa satisfação não foi consenso entre todas as respostas, e algumas respostas apontaram um grande descontentamento com a área de Artes e algumas até pessoais com a figura do(a) arte-educador(a):

“Péssima, não houve comunicação entre os técnicos, nem mesmo para os combinados do dia a dia do núcleo muito menos para com o trabalho com o público. A respeito do trabalho que foi realizado com o nosso público a partir da área de Artes acredito que deixou muito a desejar. Aqui não tenho aporte teórico ou conhecimento específico da área para avaliar tecnicamente, mas pelo que percebi e convivi e senti, julgo que poderia ter-se feito muito mais ou, pelo contrário, não se ter feito nada, pois às vezes acredito que a atuação foi um desfavor que poderia ter sido evitado. Talvez esse julgamento não seja tanto consequência da aplicação das técnicas da Arte

que foram efetivadas mas sim do modo PESSOAL como o técnico que o realizou o tenha empreendido!”

Um(a) técnico(a) comenta que a experiência foi negativa em sua equipe, apesar da ajuda oferecida:

“(...) a verdade é que foi uma decepção, até mesmo o suporte que dei para que as ações acontecessem, sempre tinha uma razão para não acontecer”.

As razões para as ações não acontecerem o(a) participante da pesquisa não descreveu em seu comentário, porém fica perceptível a partir de sua visão a insatisfação com a pouca produção do(a) arte-educador(a) no núcleo.

Em outra resposta o(a) participante da pesquisa comenta que “*Não, talvez faltou propostas da equipe*”, ou seja, nem o(a) arte-educador(a) nem os outros técnicos, devido a falta de propostas, desenvolveram ações que envolveram a equipe multidisciplinar.

Um comentário mais detalhado de um técnico relata vários motivos para estas ações não terem acontecido, sendo a principal delas divergências pessoais entre os próprios profissionais do Programa:

“Não, não e não, e considero isso devido a diferenças pessoais entre os técnicos. Combinados foram feitos; acertos foram realizados e escritos em ata de reunião; informações foram passadas para a chefia e, contudo, somente parte da equipe seguia o que em comum foi discutido e decidido, o Arte-educador(a) em questão somente queria realizar a sua PARTE, o que não era de interesse do trabalho de Artes ele não fazia sequer questão de ouvir, muito menos de opinar durante uma reunião, não sabia nada do que se passava em seu núcleo além das atividades que empreendia. E, como não podia ser diferente, isso tornou-se um entrave para diversas atividades realizadas pelo núcleo como também, e muito importante isso, um prejuízo para a comunidade, pois a falta de comunicação ocorrida gerou: os mal-entendidos, as pessoas não sabiam horários de oficina, as crianças não sabiam de eventos ou passeios, as conversas marcadas eram ignoradas ou eram remarçadas freqüentemente, os materiais eram sumidos, a limpeza desleixada. Acredito não estar fazendo desse técnico um "bode expiatório", mas dando meu parecer de que uma "fruta podre não apodrecer todas as outras, mas põe um puta mal cheiro no cesto”

O relato deste técnico deixa claro que a não colaboração e a falta de profissionalismo por parte dos técnicos envolvidos, em especial o(a) arte-educador(a) do seu núcleo, prejudicaram todo um trabalho e acabaram inviabilizando ações destinadas aos participantes atendidos pelo Programa.

Nesta resposta o(a) técnico(a) relata que achava que deveria ter tido mais oficinas de Artes:

“Sinceramente não tivemos muitas oficinas de Artes, apenas duas, esperava mais.”

Porém na resposta o(a) técnico(a) não comentou o motivo de não ter havido mais oficinas de Artes, se era por falta de material, de local para realização das oficinas ou qualquer outro empecilho que impediu a abertura de novas oficinas. Varias possibilidades existem para explicar a falta de oficinas de Artes no núcleo, até mesmo a falta de estagiários, visto que cada arte-educador(a) tinha o direito à contratação de dois estagiários, que eram graduandos em cursos de Artes, para auxiliar no trabalho com as oficinas.

O(a) participante da pesquisa menciona a insatisfação com a área de Artes devido a questões pessoais que envolviam o(a) arte-educador(a):

“Não muito boa, pois o mesmo estava focado em outros assuntos”.

Também não se sabe se esses “outros assuntos” eram relativos ao trabalho no Programa Atitude, ou se eram assuntos de ordem pessoal que fez com que o(a) arte-educador(a) não realizasse seu trabalho com a dedicação esperada.

Entretanto, como dito no início da análise, a maior parte dos participantes da pesquisa relataram que tiveram boas experiências com a área de Arte, apesar das diversas dificuldades encontradas.

“Foi de certa forma gratificante, acredito não ter sido mais, pois, assim como todos os profissionais da equipe, ninguém pode fazer o seu melhor, pois não se teve apoio suficiente para que cada profissional realizasse seu trabalho de forma integral, adequada”.

Outra resposta valida as ações da área de Arte, mas relata que o técnico deveria atuado menos na parte burocrática e se dedicado mais as oficinas no núcleo:

“Foi muito boa, realizou oficinas, supervisionou estagiários e bolsistas, sempre esteve presente em reuniões, fez de tudo um pouco como todos faziam, acredito que poderia ter realizado mais oficinas e ter ficado pouco menos com a parte burocrática”.

O fato é que em alguns núcleos do Programa Atitude, devido a um acordo entre a equipe multidisciplinar, o(a) arte-educador(a) assim como outros técnicos também ficaram responsáveis pela maior parte das demandas burocráticas e assim acabavam tendo que priorizar relatórios e preenchimento da planilha de indicadores em detrimento da coordenação e execução das oficinas de Artes.

Ressaltando as metas alcançadas, um técnico comenta que a experiência com a área de Arte:

“Foi boa... Acredito que foi o pólo que mais objetivos alcançou”.

Media-se o alcance de objetivos quando alguma ação era plenamente realizada e as metas alcançadas, e no caso da área de Arte, as oficinas artísticas é que geraram a grande demanda de trabalho do(a) arte-educador(a) e também dos outros técnicos e estagiários que sobremaneira auxiliavam nas oficinas. Quando as oficinas tinham uma participação expressiva das crianças e adolescentes, contava-se que o objetivo de conseguir a adesão dos participantes daquela oficina tinha sido alcançado. A meta de conseguir a adesão dos participantes, que era a assiduidade deles nas oficinas, foi uma meta perseguida por todos os núcleos do Programa, visto que indicava um real envolvimento e participação daquele jovem junto ao Programa.

Para outro(a) técnico(a), a área de Artes acabou envolvendo toda a equipe e os participantes do Programa, o que gerou uma experiência positiva no resultado das ações realizadas:

“Foi bastante proveitosa acho que a equipe como um todo pode entrar em contato com a área de Artes aprendendo e se surpreendendo com os resultados das oficinas, tanto material (os desenhos, as criações das crianças), quanto significativo (o que as crianças e adolescentes participantes podiam dizer com suas expressões artísticas de todos os níveis)”.

Já este(a) técnico(a) comenta que o trabalho em conjunto com a área de Arte foi uma experiência inovadora na vida profissional do(a) mesmo(a). Após o período de adaptação do(a) arte-educador(a) pode-se desenvolver ações que colaboraram no bom andamento dos objetivos do Programa:

“Foi uma experiência nova para mim. Como em qualquer outra experiência inovadora o trabalho com o(a) arte-educador(a) teve certas resistências para realização dos mesmos, pois de certa forma algumas práticas e nesse

caso do(a) arte-educador(a), ainda privilegiava o “individual” e isso de início, dificultou a interação dos profissionais. Contudo, com o desenvolver do programa, foram possíveis atuações em conjunto que considero positivas”.

Cabe ressaltar que esta é a visão do(a) participante da pesquisa, e que não necessariamente o(a) arte-educador(a) tenha privilegiado ações individuais, e se ele realmente realizou ações individuais, seria interessante saber quais motivos o influenciaram a tomar tal atitude dentro do núcleo. Uma vez que em vários relatos dos arte-educadores foi constatado que a área de Artes sofria grande desvalorização e falta de reconhecimento perante os outros técnicos do núcleo.

Outra experiência relatada elogia a qualidade profissional do(a) arte-educador(a) na realização destas ações:

“Sim, as que envolvem as oficinas na área, promovendo apresentações e produções que envolveram toda a equipe. Tais ações foram de qualidade, pois o(a) arte-educador(a) domina os conhecimentos de Artes que suas ações abrangem”.

Daí a importância de um profissional com uma formação acadêmica sólida na área artística, que tenha o domínio pleno das ações que queira desenvolver junto ao público alvo do Programa. Neste ponto volta-se a questionar a possibilidade de pedagogos e licenciados em Letras poderem de acordo com o edital de contratação, ser contratados para atuarem como arte-educadores. Tais profissionais não tiveram em suas graduações um contato específico com a área artística, dificultando, portanto, ações que viessem a exigir tais requisitos.

Outra experiência positiva em relação à área de Artes são várias as atividades artísticas que aconteceram:

“A área de Artes proporcionou diversas atividades artísticas, culturais e de meio ambiente durante o Programa, abrangendo os temas hip hop, dança, teatro, música, gravura, Artes visuais, capoeira, horta (preservação do meio ambiente), skate. Tais atividades atingiram um grande público e trouxeram demandas à equipe do Programa. A experiência com a área de Artes na equipe multidisciplinar foi permeada por algumas dificuldades de comunicação, que com o tempo foram melhorando e proporcionando mais avanços no grupo”.

Percebe-se ao final do relato que houve um período de dificuldades de comunicação entre o(a) arte-educador(a) e o restante da equipe, dificuldades estas que foram superadas e o trabalho pode ser melhor desenvolvido.

A partir do questionamento sobre o desenvolvimento de atividades por parte do(a) arte-educador(a) em relação aos demais integrantes da equipe um técnico relata positivamente:

“Sim, pois as oficinas sempre geravam demanda para os outros integrantes da equipe”.

Por este relato percebe-se que o(a) participante da pesquisa não respondeu objetivamente a pergunta, pois a questão das oficinas de Arte gerar demanda para outros técnicos não pode ser considerada uma ação que envolvesse toda a equipe, pois não é uma ação multidisciplinar ou interdisciplinar, mas sim de um único profissional que realiza a oficina e depois repassa os casos para outros profissionais.

Opostamente ao pensamento anterior este(a) técnico(a) acreditou que o(a) arte-educador(a) trabalhou com a equipe:

“Acho que sim. Houve uma boa interface com o trabalho do(a) arte-educador(a) no planejamento e na execução das atividades em equipe”.

Percebe-se que a questão das opiniões e contribuições do(a) arte-educador(a) no trabalho no núcleo ajudou num melhor desenvolvimento do trabalho envolvendo toda a equipe multidisciplinar.

As respostas dos técnicos ao questionário enviado tiveram uma importância relevante para analisar a prática de atuação dos arte-educadores por um olhar de quem observou todo o trabalho de perto.

Por muitas vezes os outros técnicos também foram parte das ações artísticas que aconteceram nos núcleos, direta ou indiretamente.

Percebe-se nos relatos que nos núcleos onde existiu um respeito mútuo entre todos os técnicos da equipe, uma cumplicidade pelo trabalho um do outro, e pelo espírito de transformação social, as ações interdisciplinares ocorrem com maior grau de satisfação, beneficiando os usuários do Programa.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseando-se na ideia de que o profissional da Arte-Educação foi um membro que desenvolvia um trabalho artístico em uma equipe multidisciplinar e desta maneira teve um olhar próprio e único para as situações que se apresentavam no dia-a-dia do trabalho em equipe, percebemos que em muitos casos os posicionamentos dentro da equipe se divergiram tornando-se conflituosos.

Um dos objetivos da nossa pesquisa foi a análise das relações interdisciplinares que se estabeleceram entre o(a) arte-educador(a) e os demais membros da equipe. Percebemos que um dos fatores que influenciaram predominantemente para o insucesso deste trabalho interdisciplinar foi a percepção sobre a finalidade da Arte. Esta percepção sobre o fenômeno artístico se inicia a partir da compreensão dos elementos do mundo e através da sensibilidade natural da pessoa.

No período educacional existe um direcionamento para o desenvolvimento global da Arte e este caminho tem uma base legal galgada em leis que regem o ensino da Arte no Brasil - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's). Porém além do ensino formal quando abordamos o tema educacional englobamos a família e a cultura que cerca este indivíduo; para a escola fica reservado alguns momentos, mas não devemos esquecer que o indivíduo forma sua percepção artística através de vários canais de acesso.

Uma função igualmente importante que o ensino da arte tem a cumprir diz respeito à dimensão social das manifestações artísticas. A arte de cada cultura revela o modo de perceber, sentir e articular significados e valores que governam os diferentes tipos de relações entre os indivíduos na sociedade. ***A arte solicita a visão, a escuta e os demais sentidos como portas de entrada para uma compreensão mais significativa das questões sociais.*** Essa forma de comunicação é rápida e eficaz, pois atinge o interlocutor por meio de uma síntese ausente na explicação dos fatos. (PCN-Arte, 1997, p.19) (grifo nosso).

Através da Arte o indivíduo desenvolve uma nova forma de se expressar com o mundo e de entender este mundo, pois ele pode manipular os símbolos existentes neste mundo e desta forma compreender a estética que lhe cerca. Segundo Gardner (1997) "O criador ou artista é um indivíduo que obteve suficiente habilidade no uso de um meio para ser capaz de comunicar através da criação de

um objeto simbólico”. Assim o entendimento do fazer artístico deveria ser trabalhado em nossa sociedade, para que realmente os profissionais que se dedicam ao ofício recebessem o devido mérito.

Por meio da Arte é possível desenvolver a percepção e a imaginação, apreender a realidade do meio ambiente, desenvolver a capacidade crítica, permitindo ao indivíduo analisar a realidade percebida e desenvolver a criatividade de maneira a mudar a realidade que foi analisada. (BARBOSA, 2003, p.18)

Percebemos que o Estado deveria dentro de suas atribuições cuidar para que o fazer artístico fosse do alcance de todos. Dentro do ensino formal as pessoas deveriam ter a dimensão deste fazer e não uma noção parcial de Arte ou mesmo um momento recreativo. Fonterrada (2005) sintetiza através de um pensamento de Platão a importância da Arte e o dever do Estado de mantê-la.

Para Platão e todos os gregos, a literatura, a música e a Arte têm grande influência no caráter, e seu objetivo é imprimir ritmo, harmonia e temperança a alma. Por isso deve-se preservá-la como tarefa do Estado. (FONTERRADA. 2005, p. 19).

O que nos parece é que o Estado nega ou simplesmente ignora esta atribuição, e somente quando lhe é apresentado uma reivindicação por parte da sociedade e ainda tem a intervenção da mídia apoiando é que o Estado resolve intervir no sentido de dar uma resposta a sociedade. Desta forma o próprio Estado acaba por não preparar seus membros para atuarem com ele e em prol dele.

Outro objetivo da nossa pesquisa foi verificar se as atribuições definidas no eixo *Práticas Formativas, Socializadoras e de Cidadania* do Edital 062/2009³⁷ GRHS/SECJ de contratação foram executadas na atuação do(a) arte-educador(a).

A partir das análises das respostas obtidas através da nossa pesquisa que tratam do trabalho do profissional em Arte-Educação e das demandas apontadas nos territórios podemos afirmar que o profissional concretizou todos os pontos exigidos na atuação profissional deste eixo.

³⁷ O GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, através da SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE - SECJ, faz saber que realizará Processo Seletivo Simplificado para formação de Cadastro Reserva, para contratação em caráter temporário, por Prazo Determinado, pelo período de doze meses, podendo ser prorrogado por quantas vezes forem necessárias, desde que não ultrapasse o limite máximo de 02 (dois) anos, para as funções de Assistente Social, Cientista Social, Psicólogo, Professor de Educação Física e Profissional de Arte-Educação para atuar no PROGRAMA ATITUDE (Deliberação nº 019/2007 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente do Paraná).

Algumas ações foram realizadas com muita eficiência, pois houve equipes que conseguiram trabalhar da maneira proposta pelo projeto. Conseguiram realizar ações que contribuíram no território que atuaram. Porém a dimensão idealizada para o Programa foi muito ampla, abarcando muitos eixos e desta forma o esperado era muito além do que realmente se realizou. E nisso o profissional de Arte-Educação não conseguiu atender os objetivos gerais do Programa no seu eixo específico, por um conflito na atuação interdisciplinar.

Portanto um dos fatores que contribuiu para que o Programa não tivesse êxito por completo foi a dificuldade do trabalho interdisciplinar da equipe e técnicos multidisciplinares. Conseqüentemente pensamentos que acabaram sendo divergentes em vários pontos, o que de certa forma poderia ser um viés que permitiria uma melhor reflexão do trabalho em conjunto, através das análises dos questionários percebeu-se que por divergências e até conflitos de ordem pessoais na execução das ações, muitos trabalhos acabaram sendo prejudicados. Cada técnico que realizou o seu trabalho de forma independente e isolada inviabilizou o trabalho interdisciplinar da equipe que compunha.

A imaturidade profissional apontada na pesquisa é outro fator, pois muitos técnicos que assumiram a função em seus núcleos tinham pouca experiência profissional de atuação junto à população. Alguns haviam se formado há pouco tempo e o Programa foi seu primeiro emprego atuando em um território e desenvolvendo ações para a população. Atribuímos os conflitos gerados dentro da equipe a esta falta de preparo de alguns técnicos, pois o Programa em sua essência necessitava de pessoas com experiência de atuação e que tivesse uma compreensão global do trabalho dos outros colegas.

Em alguns núcleos a questão da ética profissional, também foi um empecilho para um melhor desenvolvimento do trabalho do(a) arte-educador(a)

“(...) Acredito que a dificuldade de entenderem e se curvarem a um trabalho interdisciplinar, contribuíram bastante no não desenvolvimento das ações específicas e na dedicação árdua em atividades burocráticas e que ofereciam promoção pessoal mantendo contato com as chefias.³⁸”

³⁸ - Relato extraído da pergunta número onze do questionário aplicado aos arte-educadores, a qual questiona: O que você acha que está faltando no seu núcleo para que seu trabalho seja desenvolvido melhor?

Percebe-se neste comentário, que para o trabalho do(a) arte-educador(a) ser melhor desenvolvido nos núcleos de atuação do Programa, além da questão do profissionalismo e da maturidade também faltou uma compreensão maior da realização prática do trabalho interdisciplinar.

A falha na comunicação da equipe, a individualidade dos profissionais e a falta de clareza no edital sobre as atribuições individuais e atribuições da equipe, juntamente com o não entendimento dos ideais do Programa prejudicaram o desenvolvimento de trabalhos interdisciplinares. Isso fica claro nos questionários, pois apenas um(a) arte-educador(a) elaborou um projeto interdisciplinar na área de Arte.

Porém ele(a) elaborou e os técnicos ajudaram a executar o que não caracteriza interdisciplinaridade.

Outro aspecto latente que determinou a dificuldade de trabalho em equipe foi que em vários núcleos a individualidade técnica era predominante.

“(…) Isso é falta de profissionalismo e conhecimento. Muitos ainda estão no clima da graduação. Seus discursos são consistentes, mas nesse caso principalmente, por em prática é fundamental. Pelo menos no meu município as questões de trabalho eram resolvidas nas mesas dos bares. Acredito que muitas vezes a carência das pessoas impede olhar verdadeiramente, não pro seu umbigo, mas para o do menino e menina que estão lá esperando a nossa atitude. É claro que todos nós queremos ver nosso trabalho reconhecido, mas o estrelismo cega muita gente. A experiência de vida quando se trata da área de humanas tem seu grau de importância. Acredito que a dificuldade de entenderem e se curvarem a um trabalho interdisciplinar, contribuíram bastante no não desenvolvimento das ações específicas e na dedicação árdua em atividades burocráticas e que ofereciam promoção pessoal mantendo contato com as chefias”. (Informação extraída do relato do questionário³⁹)

A falta de comprometimento e apoio mútuo entre os técnicos do núcleo, e a falta de autonomia da área de Artes também foram citados com um empecilho para um bom desenvolvimento do trabalho do(a) arte-educador(a).

Tais relatos passam a percepção do(a) arte-educador(a) frente aos desafios e carências para o desenvolvimento básico de seu trabalho cotidiano.

“Profissionalismo e maturidade dos técnicos. Foi impressionante uma psicóloga muito bem formada, em uma aula da pós afirmou que as

³⁹ - Achou-se por bem colocar este relato extraído da pergunta número onze do questionário aplicado aos arte-educadores, a qual questiona: O que você acha que está faltando no seu núcleo para que seu trabalho seja desenvolvido melhor?

afinidades entre os técnicos é que impediam o desenvolvimento das ações (...)"⁴⁰.

A grande demanda de trabalho burocrático foi outro fator citado pelos profissionais do Programa. Compreendemos esta necessidade para o funcionamento e desenvolvimento dos trabalhos sociais, principalmente para que o Estado tenha informações onde possa se basear para elaboração de novas ações, e desta maneira desenvolver uma boa política pública. Porém no Programa Atitude acreditamos que o caminho teria sido uma melhor capacitação dos técnicos para trabalharem com esta parte burocrática, pois se percebe que existiu a necessidade, existiu a demanda, entretanto não existiu a instrução de como fazer este trabalho. Principalmente para profissionais que nunca haviam trabalhado em um programa social, com atendimento a população e coordenando todo um sistema em um território o qual deveria atender as necessidades dos eixos do projeto.

Apesar dos entraves burocráticos e conflitos entre os membros da equipe, o que todos apontam unanimemente nos questionários como sendo uma das maiores indignações pessoais é que o Programa tinha verba disponível, mão de obra qualificada e não conseguiu atingir os seus objetivos por falta de capacidade de gestão Municipal e Estadual.

Muitos programas esbarram em dificuldades financeiras e o Atitude não pode realizar plenamente suas propostas por falta de gestão. No momento de utilizar a verba para desenvolver atividades (contratando oficinas) e comprar material para estas atividades, se esbarrou nas infundáveis licitações, que só se realizaram no final do segundo ano de atuação da equipe técnica, quando a mesma estava saindo dos territórios e deixando o Programa por conta de seu término.

Nazzari, Baquero e Kniphoff (2010) apontam para o caminho da idoneidade e seriedade que é necessária na prática de política pública, pois a criança e o jovem sempre foram ignorados como sujeitos, tendo suas falas ignoradas e assim podemos ver programas de governo acontecendo em prol de interesses dos mais diversos, menos interesses fundamentados nas necessidades reais destes sujeitos aqui pautados.

⁴⁰ - Relato extraído da pergunta número onze do questionário aplicado aos arte-educadores, a qual questiona: O que você acha que está faltando no seu núcleo para que seu trabalho seja desenvolvido melhor?

Os jovens devem ser pensados como protagonistas, com os quais é possível estabelecer uma relação dialógica, pois a complexidade das demandas juvenis requer ampliação dos espaços de discussões e pesquisas.

Para tanto, torna-se necessário romper com a setorização das políticas de juventude, romper com a visão estigmatizada ou utilitarista da condição juvenil, estimular uma melhor relação entre a sociedade civil e os jovens, promovendo a participação dos jovens na construção de sua cidadania. (NAZZARI; BAQUERO e KNIPHOFF. 2010, p. 6)

Os questionários revelaram um ponto de grande importância, pois percebemos que o não entendimento da função do Arte-Educador no Programa foi explícito, e determinou uma linha condutora no tratamento e efetivação dos trabalhos dos profissionais na equipe durante a realização do Programa. Desta forma conduzimos a presente pesquisa em consonância com a demanda em torno da Arte levantadas nos questionários.

Chegando ao final deste trabalho, depois de analisados os questionários, desenvolvido leituras sobre Arte-Educação, sobre construção de políticas públicas, sobre a Arte em programas sociais e um pensar sobre o contexto artístico em nossa sociedade é possível dizer que esta pesquisa teve uma grande importância para nossa reflexão pessoal e profissional.

Ainda há muito que ser pesquisado sobre as contribuições da Arte-Educação em programas sociais e o trabalho do arte-educador junto a estes programas voltados a crianças e jovens, porem acreditamos que este trabalho pode ajudar pessoas que trabalham na área de Arte, Educação, Arte-Educação, Sociologia e Gestão de Políticas Públicas a construírem um olhar voltados para a importância do trabalho do profissional de Arte- Educação atuante em programas sociais. Trabalho este que só poderá ser bem desenvolvido a partir do entendimento da profissão, apoio e o respeito que todo profissional o qual desempenha um trabalho de forma séria merece ter.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARGAN, Giulio Carlo. **Arte e critica de arte**. 2. Ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- BARBOSA, Ana Mae. **A imagem no ensino da arte: anos oitenta e novos tempos**. São Paulo. Porto Alegre: Perspectiva. Fundação IOCHPE, 1991.
- BARBOSA, Ana Mae. **Arte-educação no Brasil: das origens ao modernismo**. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- BARBOSA, Ana Mae. **Arte-Educação no Brasil - Realidade hoje e expectativas futuras**. Estud. av. vol.3 no.7. São Paulo Sept./Dec. 1989
- BARBOSA, Ana Mae. **Arte-Educação contemporânea ou culturalista**. São Paulo: Cortez, 2006.
- BARBOSA, Ana Mae. **Arte Educação no Brasil: do modernismo ao pós-modernismo**. Arte digital, 2003
- BARBOSA, Ana Mae. **Ensino da arte: memória e história**. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- BARBOSA, Ana Mae. **Inquietações e Mudanças no Ensino da Arte**. São Paulo: Cortez. 2003
- BOURDIEU, Pierre. **O capital social: notas provisórias**. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs). Trad. Denise Bárbara Catani e Afrânio Mendes Catani. **Escritos de Educação**. 4.ed. São Paulo: Ática, 2002, p.65-69.
- BUCCI, Maria Paula Dallari et alli. **Direitos humanos e políticas públicas**. São Paulo. Pólis, 2001.
- CUNHA, Rose Marie Maron da. **Criatividade e processos cognitivos – um estudo teórico**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1977, 62p.
- D`OREY, Carmo. **O que é a arte?- a perspectiva analítica**. Lisboa: Dinalivro. 2007, p.101-118.

DUARTE JR., João Francisco. **Porque Arte-educação?** 19ª Ed. São Paulo. Papirus, 2008.

FAZENDA, Ivani C. A. **Práticas interdisciplinares na escola.** São Paulo: Cortez, 1993.

FERREIRA, Kennedy Paiui. **Políticas públicas e sistema das artes: limites e possibilidades de uma ação institucional orientada para o desenvolvimento das artes visuais como crítica da cultura.** Londrina: Eduel, 2005.

FONTEERRADA, Marisa T. de Oliveira. **De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação.** UNESP. São Paulo, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** Ed. 25. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARDNER, Howard. **As Artes e o Desenvolvimento Humano.** Tradução: Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto alegre: Artes Médicas, 1997.

GARDNER, Howard. **Estruturas da Mente (A Teoria das Inteligências Múltiplas).** Tradução: Sandra Costa. Porto alegre: Artes Médicas, 1994.

GOMBRICH, Ernst H. **A história da arte.** Editora LTC. São Paulo, 2000.

GUIMARÃES, Leila. **Políticas Públicas Educacionais – Prática Musical na Escola Pública Paulista.** UNESP. São Paulo, 2008.

MARIN FILHO, Carlos José. **Concepção de políticas públicas – Definição, viabilização e execução.** Universidade Regional Integrada, 2005. Disponível em: <<http://www.urisan.tche.br/~cursoplanodiretor/material/marin/cap1.pdf>>. Acessado em: 10 jan. 2011.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Multidisciplinaridade (verbetes).** *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil.* São Paulo: Midiamix Editora, 2002.

NAZZARI, Rosana Kátia; BAQUERO, Rute Vivian Angelo e KNIPHOFF, Dione. **Políticas públicas no Brasil: Visibilidade social e expressão juvenil.** III Seminário Políticas Sociais e Cidadania. Salvador, novembro de 2010. Disponível: http://www.interativadesignba.com.br/III_SPSC /arquivos /sessao6/152.pdf. Acesso em: 18 mar. 2011.

NOVAES, Regina. **Juventude e sociedade: jogos de espelhos.** In: SOCIOLOGIA ESPECIAL: CIÊNCIA & VIDA. Juventude brasileira. São Paulo: Editora Escala. Ano I, n. 2, (2007) p. 6-15.

PIRES, Maria Coeli Simões. **Concepção, Financiamento e Execução de Políticas Públicas no Estado Democrático de Direito.** Belo Horizonte, Tribunal de Contas de Minas Gerais, v. 39, n. 2, abr.-jun. 2001, p. 141-192.

QUEIROZ, Danielle T.; VALL, Janaina; SOUZA, Ângela M. A. e VIEIRA, Neiva F. C., **Observação Participante na Pesquisa Qualitativa: Conceitos e Aplicações na Área da Saúde**. UERJ, Rio de Janeiro, 2007.

SEIXAS, Ana P. C. de; MAGALHÃES, Maria J.; GRADÍSSIMO, Alice. **Prevenção da Violência de Gênero: Arte como Ferramenta para a Mudança Social e consciência Coletiva**. Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. UFSC, 2010.

SILVA, Mary Aparecida Ferreira da. **Métodos e Técnicas de pesquisa**. Ed. 2. Curitiba: IBPEX, 2003.

SOARES, Luiz Eduardo; MV Bill; ATHAYDE, Celso. **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

ROCHA FILHO, J. B. Basso, N. R. S.; Borges, R. M. R. **Transdisciplinaridade: A Natureza Íntima da Educação Científica**. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

VALLADARES, Licia. **Os dez mandamentos da observação participante**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.22 no. 63, São Paulo, Feb. 2007. **Resenha de: WHYTE, William Foote. Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

Artigos

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte/ Secretaria de Educação Fundamental*. – Brasília: MEC/SEF, 1997.130p.

CORRÊA. C. C. M. *Atitudes e Valores no Ensino da Arte: após a lei n. 4.024/61 ate a atual Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394/96*. EccoS – Revista Científica, São Paulo, v.9, n.1, p. 97 – 113, jan./jun. 2007.

RIBEIRO. J. M. B. *Políticas Públicas para o Ensino de Artes no Brasil*. Trajetória e Políticas para o Ensino das Artes no Brasil: anais do XV Confaeb. XV Congresso Nacional da Federação de Arte-Educadores do Brasil, Brasília, p. 79 – 84, 2006.

SEGNINI, L. R. P. ARTE, POLÍTICAS PÚBLICAS E MERCADO DE TRABALHO. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL PROCESO CIVILIZADOR, 11., 2008, Buenos Aires. Anais. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2008. p. 545-557.

Sites

Denominação: Simão de Miranda

Domínio: <http://www.simaodemiranda.com.br/Falandosobreoensinodaartenaescola.pdf>

Acesso em: 13/08/2011

Denominação: Ministério da Cultura

Domínio: http://www.cultura.gov.br/brasil_Arte_contemporanea/?page_id=524

Acesso em: 17/06/2011

Denominação: Ministério da Cultura

Domínio: <http://www.cultura.gov.br/site/2004/07/01/para-uma-politica-publica-de-cultura-no-brasil-por-marcio-augusto-freitas-de-meira/>

Acesso em: 17/06/2011

Denominação: Ministério da Cultura

Domínio: <http://www.cultura.gov.br/site/categoria/politicas/plano-nacional-de-cultura/>

Acesso em: 17/08/2011

Denominação: Parágrafo Aberto

Domínio: http://caracol.imaginario.com/paragrafo_aberto/rml_arteduca.html

Acesso em: 01/07/2011

Denominação: Enciclopédia Virtual

Domínio: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cultura>

Acesso em: 25/06/2011

ANEXO 1

Sua idade:

Cidade que atua:

- 1- Em qual curso você é graduado?
- 2- Há quantos anos você atua na sua área?
- 3- Há quantos anos você é formado?
- 4- Possui alguma pós graduação? () sim () não Qual? _____
- 5- Quais oficinas de Arte existem atualmente no seu núcleo?
- 6- Na sua prática profissional no Programa Atitude, você consegue desenvolver os conhecimentos que adquiriu na academia, ou acaba realizando apenas atividades fora da sua formação universitária? Por quê?
- 7- Você acredita que o trabalho realizado pela área de Artes é valorizado pela equipe técnica da mesma forma que as outras áreas? Por quê?
- 8- Existe algum trabalho interdisciplinar que você participa no seu núcleo? Se sim, qual?
- 9- Você elaborou algum projeto interdisciplinar na área de Arte para ser desenvolvido no seu núcleo? Se sim, qual? Descreva-o.
- 10- Relate brevemente como é o seu trabalho cotidiano no seu núcleo.
- 11- O que você acha que está faltando no seu núcleo para que seu trabalho seja desenvolvido melhor?
- 12- O que você pensa sobre o papel da arte educação num programa como o Atitude?
- 13- O que você pensou em desenvolver e não pode, ou não conseguiu? Por quê?
- 14- Em que a pós ajudou na sua visão perante a equipe e em relação ao programa? (se você não faz o curso desconsidere esta questão)
- 15- Quando você entrou no programa o que você esperava dele?
- 16- Para nos ajudar no desenvolvimento desta pesquisa. Se você tivesse a oportunidade de fazer uma pergunta aos outros arte educadores do programa, o que você gostaria de saber? Elabore sua questão e escreva, pois poderemos utilizá-la em nossa pesquisa.

ANEXO 2

Sua idade:

Cidade que atua:

1- A equipe é formada por cinco profissionais e cada um destes com suas características descritas como diz o projeto do programa, além destas características e motivos descritos no projeto, qual a sua opinião sobre a presença de cada um dos profissionais? O que você pensa sobre a presença destes?

2- Na sua visão qual seria a contribuição do arte educador nas ações da equipe?

3- O que você espera do arte educador enquanto membro da equipe?

4- Como foi a experiência com a área de Artes na sua equipe?

5- O(a) arte-educador(a) desenvolveu ações que envolveram a equipe? Se sim o que você achou? Se não porque você ache que ele não desenvolveu nenhuma ação em conjunto?

ANEXO 3

Cronograma de elaboração e execução da coleta de dados:

Atividade	2010			2011						
	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.
Elaboração dos questionários	X	X								
Entrega dos questionários pessoalmente					X					
Entrega dos questionários via e-mail						X	X			
Recebimento dos questionários via e-mail						X	X	X		
Análise dos questionários							X	X	X	X

ANEXO 4

Neste anexo resolvemos colocar uma cópia do e-mail recebido pela coordenação do Programa respondendo um pergunta a qual nos fizemos durante a elaboração do trabalho. Esta pergunta que nos colocamos foi sobre as equipes de técnicos terem em sua composição dois psicólogos, por que não dois assistentes sociais ou arte-educadores?

Resposta dada por Aline Pedrosa Fioravante mentora e coordenadora geral do Programa:

Imprimir <http://br.mg5.mail.yahoo.com/neo/launch?.rand=f5vo2d9bvhp2o>

[Imprimir](#) - [Fechar janela](#)

Assunto: Re: urgente...
De: Aline Pedrosa Fioravante (alinef@seds.pr.gov.br)
Para: evertonsax@yahoo.com.br;
Cc: rebecacardoso@seds.pr.gov.br; consueloferreira@seds.pr.gov.br;
Data: Seg, 22 Ago 2011 12:39:46

Olá Everton,

A proposta do Atitude trazia, na maior parte de seus objetivos, ações que se focavam nos vínculos sociais, comunitários e familiares. Várias áreas do conhecimento dão conta dessa temática, por isso, portanto, uma equipe multidisciplinar. Entretanto, existe, dentro da Psicologia, especialmente na Psicologia Social, um histórico acumulado de conhecimentos e pesquisas que subsidiam a compreensão e a intervenção nesses fenômenos de grupos/formação de identidades. Além disso, havia a hipótese de que as equipes poderiam se deparar com casos de violência/abuso e drogadição em que se fizesse necessário uma acolhida/escuta mais especializada.

É importante destacar, que o Atitude trouxe um modelo, um paradigma de intervenção social. Ele não pretendeu esgotar as problemáticas, tampouco ser a única resposta a elas. Nesse sentido, vários formatos de equipes poderiam ser pensados e implantados. Resta discutir no que esta proposta específica do Atitude teve de pontos positivos e negativos. Mas isso pode ficar para o seu trabalho... Espero ter ajudado. A Con e a Rebeca também podem contribuir porque vivenciaram mais de perto o dia-a-dia das equipes.

Abraços.

Aline.

Tel.: 41 3270-1079
alinef@secj.pr.gov.br

Em 21/08/2011 às 19:41 horas, "Éverton Luis Backes" <evertonsax@yahoo.com.br> escreveu:
Olá Aline, Consuelo e Rebeca, como vocês estão?! Estou numa correria para entregar a mono da especialização do Atitude e preciso de uma resposta a uma questão que surgiu.

Porquê tiveram dois psicólogos em cada equipe do Programa? Gostaria de saber o motivo. Porquê não dois profissionais de outra área.

fico no aguardo da resposta.

Abraços e espero vocês na defesa do meu trabalho.

atenciosamente

Éverton Backes
41-9116-3289

Resposta dada por Maria Consuelo de Azevedo Ferreira coordenadora estadual da cidade de São José dos Pinhais:

Imprimir

<http://br.mg5.mail.yahoo.com/neo/launch?.rand=f5vo2d9bvhp2o#>

[Imprimir](#) - [Fechar janela](#)

Assunto:Re: urgente...

De: Maria Consuelo de Azevedo Ferreira (consueloferreira@seds.pr.gov.br)

Para: evertonsax@yahoo.com.br;

Data: Seg, 22 Ago 2011 12:25:19

Everton,

Responderei brevemente agora, mas gostaria de poder qualificar melhor esta resposta. Sugiro vc se amparar na Deliberação do Programa Atitude. Você verá que previa-se muitas ações/ atividades psicossociais (a ex. grupo de apoio aos pais, uma intervenção educatica e terapêutica aos usuários de drogas). Mesmo entendendo a natureza interdisciplinar, avaliou-se que profissionais da psicologia poderia auxiliar, pela formação, em atividades com a abordagem psicossocial.

À disposição,

Consuelo

Maria Consuelo de Azevedo Ferreira

Proteção Social Especial

Em 21/08/2011 às 19:41 horas, "Éverton Luis Backes" <evertonsax@yahoo.com.br> escreveu:

Olá Aline, Consuelo e Rebeca, como vocês estão?! Estou numa correria para entregar a mono da especialização do Atitude e preciso de uma resposta a uma questão que surgiu.

Porquê tiveram dois psicólogos em cada equipe do Programa? Gostaria de saber o motivo. Porquê não dois profissionais de outra área.

fico no aguardo da resposta.

Abraços e espero vocês na defesa do meu trabalho.

atenciosamente

Éverton Backes

41-9116-3289

